

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC VINÍCIUS SEPÚLVIDA RIBEIRO DA SILVA

**CRISE ENTRE VENEZUELA E GUIANA NA REGIÃO DO ESEQUIBO:  
A atuação do Brasil de 2015 até abril de 2024  
e suas implicações regionais.**

Rio de Janeiro

2024

CC VINÍCIUS SEPÚLVIDA RIBEIRO DA SILVA

**CRISE ENTRE VENEZUELA E GUIANA NA REGIÃO DO ESEQUIBO:  
A atuação do Brasil de 2015 até abril de 2024  
e suas implicações regionais.**

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Leonardo Faria de Mattos

Rio de Janeiro  
Escola de Guerra Naval  
2024

## **DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR**

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, Grande arquiteto do Universo, pelo presente diário da vida e por ter me apresentado ao longo da vida as pessoas certas, fundamentais para a conclusão desta jornada acadêmica.

Agradeço à minha família, especialmente à minha amada esposa Aline, pelo esforço, paciência, tolerância nos muitos momentos de ausência e apoio incondicional durante todos os anos de intensos estudos e dedicação. Sua compreensão e incentivo foram essenciais para que eu pudesse me dedicar plenamente a este trabalho, nunca permitindo que eu esmorecesse. Sua devoção e zelo com a nossa família são a base sobre a qual construímos nosso futuro juntos.

Ao nosso filho, Henrique, que, mesmo ainda no ventre de sua mãe, me deu novos motivos para buscar diariamente ser uma melhor pessoa, pai, marido e profissional. Sua chegada iminente enche nossos corações de esperança e alegria, sendo uma fonte inesgotável de inspiração.

Aos meus pais, Ricardo e Marineuza (in memoriam), pelos exemplos, educação e valores que me transmitiram. A saudade eterna se transforma diuturnamente em força propulsora para que eu possa ser motivo de orgulho a vocês.

Ao meu orientador, Capitão de Mar e Guerra (RM1) Leonardo Faria de Mattos, pelas orientações seguras, sugestões, palavras de incentivo e confiança demonstrada durante toda a confecção deste trabalho. Sua experiência e sabedoria foram cruciais para a realização desta pesquisa. Agradeço profundamente por acreditar em meu potencial e ter me guiado com tanto zelo.

Aos amigos do C-EMOS 2024, pelo companheirismo e os momentos de convivência fraterna, fundamentais para manter a motivação e o equilíbrio ao longo do curso.

À Escola de Guerra Naval, por proporcionar um ambiente acadêmico de excelência e por todos os recursos disponibilizados que possibilitaram o desenvolvimento deste trabalho.

Por fim, a todos que, de alguma forma, contribuíram para que eu chegasse até aqui, expresso minha mais sincera gratidão. Cada gesto de apoio e

encorajamento foi fundamental para a conclusão desta etapa tão importante da minha vida.

## RESUMO

As descobertas de petróleo na Guiana a partir de 2015 provocaram significativas ramificações geopolíticas e econômicas, exacerbando tanto conflitos internos quanto externos e atraindo o interesse de atores como os Estados Unidos e a Venezuela. Em um contexto mais amplo, a região norte da América do Sul está se tornando um cenário importante na dinâmica do poder global, destacando-se a influência da China e da Rússia, bem como dos Estados Unidos, enquanto o Brasil permanece como um ator secundário neste cenário. O presente trabalho acadêmico teve como propósito analisar a atuação do Brasil na crise territorial entre Venezuela e Guiana, na região do Esequibo, no período de 2015 a abril de 2024, por meio de um estudo comparativo entre o conceito de *soft power*, apresentado por Joseph Nye, e as ações dos governos brasileiros. A pesquisa investigou como o Brasil empregou suas ferramentas diplomáticas e estratégicas para mediar o conflito e promover a estabilidade regional, destacando as diferentes posturas políticas entre os governos brasileiros. Primeiramente, foram apresentados os fundamentos teóricos do *soft power*, complementados pelos conceitos de *hard power* e *smart power*, contextualizando sua aplicação nas relações internacionais. Em seguida, foi traçado um panorama detalhado da crise entre Venezuela e Guiana, abrangendo desde os antecedentes históricos até os desenvolvimentos mais recentes, evidenciando a complexidade da disputa territorial. Posteriormente, foram examinadas as relações do Brasil com os países protagonistas da disputa territorial e as ações dos governos brasileiros na mediação da crise. Por fim, a conclusão confirmou a hipótese adotada, uma vez que as diferentes abordagens políticas e diplomáticas dos governos brasileiros durante o período impactaram na capacidade do Brasil em exercer seu *soft power* e firmar-se como liderança legítima na região.

**Palavras-chave:** Soft Power. Diplomacia Brasileira. Crise do Esequibo. Venezuela. Guiana. Relações Internacionais.

## ABSTRACT

### CRISIS BETWEEN VENEZUELA AND GUYANA IN THE ESEQUIBO REGION: BRAZIL'S ROLE FROM 2015 TO APRIL 2024 AND ITS REGIONAL IMPLICATIONS

The oil discoveries in Guyana since 2015 have caused significant geopolitical and economic ramifications, exacerbating both internal and external conflicts and attracting the interest of actors such as the United States and Venezuela. In a broader context, the northern region of South America is becoming an important scenario in the global power dynamics, highlighting the influence of China and Russia, as well as the United States, while Brazil remains as a secondary role in this scene. This academic work aimed to analyze Brazil's role in the territorial crisis between Venezuela and Guyana, in the Essequibo region, from 2015 to April 2024, through a comparative study between the concept of soft power, presented by Joseph Nye, and the actions of Brazilian governments. The research investigated how Brazil employed diplomatic and strategic tools to mediate the conflict and promote regional stability, highlighting the different political stances among Brazilian governments. Firstly, the theoretical foundations of soft power were presented, complemented by the concepts of hard power and smart power, contextualizing their application in international relations. Then, a detailed overview of the crisis between Venezuela and Guyana was outlined, covering the historical background to the most recent developments, and highlighting the complexity of the territorial dispute. Subsequently, Brazil's relations with the main countries involved in the territorial dispute and the actions of Brazilian governments in mediating the crisis were examined. Finally, the conclusion confirmed the adopted hypothesis, as the different political and diplomatic approaches of Brazilian governments during the period impacted Brazil's ability to exert its soft power and establish itself as a legitimate leader in the region.

**Keywords:** Soft Power. Brazilian Diplomacy. Essequibo Crisis. Venezuela. Guyana. International Relations.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	- Espectro entre o <i>Hard</i> e o <i>Soft Power</i> .....	16
Gráfico 1	- Relações comerciais entre Brasil e Venezuela.....	57
Gráfico 2	- Relações comerciais entre Brasil e Guiana.....	57
Gráfico 3	- Solicitações de refúgio recebidos de venezuelanos.....	58

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CARICOM	Comunidade do Caribe
CELAC	Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CIJ	Corte Internacional de Justiça
EB	Exército Brasileiro
EUA	Estados Unidos da América
FFAA	Forças Armadas
IGR	Instituto Guimarães Rosa
LBDN	Livro Branco de Defesa Nacional
MB	Marinha do Brasil
MRE	Ministério das Relações Exteriores
ONU	Organização das Nações Unidas
PND	Política Nacional de Defesa
PROSUL	Progresso e Integração da América do Sul
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
ZEE	Zona Econômica Exclusiva

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>OS FUNDAMENTOS DO <i>SOFT POWER</i>.....</b>	<b>12</b>
2.1	CONCEITO DE <i>SOFT POWER</i> .....	12
2.2	RECURSOS DO <i>SOFT POWER</i> .....	14
2.3	MODELOS DE <i>SOFT POWER</i> .....	15
2.4	RELAÇÃO ENTRE O <i>SOFT</i> , O <i>HARD</i> E O <i>SMART POWER</i> .....	16
2.5	GERENCIAMENTO DE CRISES.....	17
2.6	CONCLUSÕES PARCIAIS.....	18
<b>3</b>	<b>A CRISE ENTRE VENEZUELA E GUIANA NA REGIÃO DO ESEQUIBO.....</b>	<b>19</b>
3.1	HISTÓRICO DA CRISE: DOS TEMPOS COLONIAIS ATÉ 2015.....	19
3.2	A SITUAÇÃO CONTEMPORÂNEA: 2015 A 2024.....	23
3.3	CONCLUSÕES PARCIAIS.....	25
<b>4</b>	<b>O PAPEL DO BRASIL NA MEDIAÇÃO DA CRISE.....</b>	<b>27</b>
4.1	CONTEXTO DAS RELAÇÕES COM VENEZUELA E GUIANA.....	27
4.2	DILMA ROUSSEFF (2015 – 2016).....	28
4.3	MICHEL TEMER (2016 - 2018) e JAIR BOLSONARO (2019 - 2022).....	31
4.4	LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2023 - ).....	36
4.5	ANÁLISE.....	40
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>45</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>48</b>
	<b>APÊNDICE – Gráficos.....</b>	<b>57</b>
	<b>ANEXO – Resolução venezuelana sobre referendo de dezembro de 2023.....</b>	<b>59</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A crise territorial entre Venezuela e Guiana na região do Esequibo tem sido uma questão complexa e persistente nas relações internacionais da América do Sul. A disputa, que remonta ao período colonial, ganhou novas dimensões com a descoberta de petróleo na região em 2015, trazendo significativas ramificações geopolíticas e econômicas, exacerbando conflitos internos e externos e atraindo o interesse de potências extrarregionais.

Em um contexto em que a América do Sul se torna cada vez mais relevante na dinâmica do poder global, a atuação do Brasil, como a maior potência da região, é crucial para a manutenção da paz e estabilidade.

Portanto, nosso propósito nesta dissertação é analisar a atuação do Brasil frente à crise entre Venezuela e Guiana, no período de 2015 a abril de 2024, à luz do conceito de *soft power* como lente teórica. Esta análise visa compreender as ações de política externa empregadas pelo Brasil e sua eficácia na mediação do conflito e na promoção da estabilidade regional.

A questão central desta pesquisa é: Como a política externa do Brasil e seus interesses geopolíticos influenciam sua atuação como mediador na crise territorial entre Venezuela e Guiana? A hipótese levantada é que a atuação do Brasil foi marcada pelas diferentes posturas políticas adotadas, impactando na capacidade brasileira em exercer seu *soft power* e firmar-se como liderança legítima na região.

A metodologia adotada neste trabalho envolve a análise comparativa entre teoria e prática, confrontando o conceito de *soft power* com as posturas e ações brasileiras, desde 2015, com relação aos dois países fronteiriços e a crise territorial entre eles. A pesquisa se baseará em fontes documentais, como tratados, declarações oficiais, trabalhos acadêmicos e relatórios de organizações internacionais, além de análises de discursos políticos.

O presente trabalho se justifica pela evolução das dinâmicas nas relações internacionais sul-americanas, com impactos geopolíticos globais e a indicação que a região norte da América do Sul está ganhando maior relevância no panorama do poder global, enquanto o Brasil permanece notavelmente como ator secundário neste cenário.

A relevância do estudo reside no entendimento que o interesse brasileiro em aumentar sua influência e autonomia no entorno estratégico está diretamente ligado

à sua capacidade de firmar-se como líder regional e ator global responsável. Neste cenário, as Forças Armadas (FFAA) brasileiras, como componente da expressão militar do poder nacional, desempenham um papel importante, contribuindo para a projeção do poder nacional brasileiro.

A motivação da escolha do objeto desta pesquisa surgiu da necessidade de compreender o papel brasileiro na crise territorial entre Venezuela e Guiana, a fim de esclarecer como o Brasil, sendo uma potência regional com uma política externa historicamente baseada na promoção da paz e da cooperação, pode influenciar e contribuir para a resolução de conflitos na América do Sul.

A dissertação será estruturada em cinco capítulos. Após esta Introdução, o segundo capítulo descreverá os conceitos teóricos que sustentarão a análise, incluindo a definição de *soft power* e os recursos que o compõem, além de esclarecer as relações entre o *soft*, *hard* e o *smart power*. O capítulo incorporará ainda conhecimentos de gestão de crise.

O capítulo três abordará os aspectos históricos da crise entre Venezuela e Guiana, relatando o desenvolvimento da disputa territorial e destacando os principais eventos e as reivindicações de ambos os países. Esse capítulo visa estabelecer uma compreensão sólida da evolução da crise até o momento atual.

O quarto capítulo apontará a atuação do Brasil frente a crise, relacionando a teoria apresentada no capítulo 2 com a atuação do governo brasileiro e seus impactos no relacionamento com os dois países vizinhos. Analisará, desta forma, como os conceitos de *soft power* e as estratégias de política externa foram aplicados pelo Brasil para mediar ou influenciar a situação.

Por fim, o quinto e último capítulo apresentará as conclusões finais da pesquisa, resumindo seus principais pontos a fim de incentivar a reflexão sobre a eficácia da atuação do Brasil com base na análise teórica e prática realizada.

## 2 OS FUNDAMENTOS DO *SOFT POWER*

O termo *soft power* foi introduzido pelo cientista político Joseph S. Nye Jr., professor da *Harvard Kennedy School of Government* e reconhecido por suas contribuições às relações internacionais.

A criação do conceito trouxe uma nova perspectiva sobre o poder no cenário internacional, que até então era predominantemente focado no *hard power*<sup>1</sup>, envolvendo capacidades militares e econômicas. Nye (1990) apresentou o *soft power*, ou poder brando, como a capacidade de um país alcançar seus objetivos pela atração e persuasão, sem o uso de coerção ou pressões econômicas, destacando a influência da cultura, valores políticos e políticas externas legítimas.

Este capítulo aborda a evolução do conceito de *soft power* e sua importância como uma ferramenta para entender como as nações promovem seus interesses em um mundo interdependente e informado. Inicialmente, introduzimos o conceito, seguido da análise das principais fontes e dos modelos identificados por Nye. Por fim, discutiremos o gerenciamento de crises e sua relevância no processo decisório governamental.

### 2.1 CONCEITO DE *SOFT POWER*

Durante os momentos finais da Guerra Fria<sup>2</sup> (1947-1991), Joseph Nye (1990) observou que, em 1989, metade dos norte-americanos acreditava que os Estados Unidos da América (EUA) estavam em declínio, o que poderia ter consequências desastrosas para o mundo. Nesse contexto de incerteza, Nye introduziu o conceito, sugerindo que a força dos EUA não se limitava ao poder militar e econômico, mas incluía uma terceira dimensão, a qual ele chamou de *soft power*.

Anos mais tarde, Nye (2002) retomou o termo após uma década de hegemonia unipolar, argumentando que os EUA se tornaram complacentes e arrogantes em sua política externa. Apesar da supremacia militar e econômica, o

---

<sup>1</sup> Conceito criado por Joseph Nye Jr. que reflete a capacidade de um país obter os resultados desejados por meio da coerção ou pagamento, sustentados pelo seu poderio militar e econômico (Nye, 1990).

<sup>2</sup> A Guerra Fria foi um período prolongado de tensão política e militar entre os Estados Unidos e a União Soviética e seus respectivos aliados, caracterizado por uma corrida armamentista e confronto ideológico entre capitalismo e comunismo, sem um confronto direto em larga escala.

país precisava cultivar seu *soft power* para manter sua posição global. Isso envolvia a propagação de valores democráticos, políticas externas legítimas e uma cultura admirada internacionalmente.

Mas, afinal, o que é o *soft power* ou poder brando? Nye (2004) o define da seguinte forma:

É a capacidade de conseguir o que deseja por meio da atração, em vez da coerção ou de pagamentos. Surge da atratividade da cultura, dos ideais políticos e das políticas de um país. Quando as nossas políticas são vistas como legítimas aos olhos dos outros, o nosso poder brando é reforçado. [...] Quando você consegue fazer com que os outros admirem seus ideais e queiram o que você deseja, você não precisa gastar tanto em porretes e cenouras para movê-los em sua direção. A sedução é sempre mais eficaz do que a coerção, e muitos valores como a democracia, os direitos humanos e as oportunidades individuais são profundamente sedutores<sup>3-4</sup> (Nye, 2004, p. 9, tradução nossa).

Nye (2004), recorrendo a uma metáfora para explicar o conceito de *soft power*, o compara ao poder de atração e sedução nos relacionamentos humanos. Assim como no casamento, em que a atração mútua influencia as decisões dos parceiros, nas relações políticas, o uso do poder de atração pode ser mais eficaz do que a coerção. Países autoritários recorrem à força, enquanto líderes democráticos combinam atração e persuasão, tornando o poder brando um elemento essencial nas democracias.

Destacando que a capacidade de moldar preferências está ligada a atributos intangíveis, como carisma, tradições culturais, ideais políticos e sistemas institucionais percebidos como legítimos ou com autoridade ética, Nye explica que liderar é menos difícil quando são incorporados valores que inspiram adesão.

Ainda segundo o autor, a persuasão está intimamente relacionada à atração e consiste no uso de argumentos para moldar crenças e comportamentos sem o uso da força. Contudo, narrativas manipuladoras tem seu potencial persuasivo

<sup>3</sup> No original: “*It is the ability to get what you want through attraction rather than coercion or payments. It arises from the attractiveness of a country’s culture, political ideals, and policies. When our policies are seen as legitimate in the eyes of others, our soft power is enhanced. [...] When you can get others to admire your ideals and to want what you want, you do not have to spend as much on sticks and carrots to move them in your direction. Seduction is always more effective than coercion, and many values like democracy, human rights, and individual opportunities are deeply seductive.*”

<sup>4</sup> Os meios coercitivos, chamados pelo autor de “porretes”, fazem uso da força ou de sanções econômicas. Já as “cenouras” são os incentivos e assistências financeiras utilizadas a fim de persuadir outros atores. Estes, “porretes” e “cenouras” são o que o autor define como *hard power* ou poder duro.

comprometido e, portanto, a efetiva geração de *soft power* depende tanto do esforço do emissor quanto da percepção do receptor.

Nye acrescenta que o *soft power* vai além da mera influência ou persuasão, aspectos que também podem ser encontrados em métodos coercitivos. Embora a persuasão seja crucial, a essência do poder brando reside na simpatia e credibilidade do agente, e na sua capacidade de atrair e convencer por intermédio de argumentos e apelos, gerando confiança e adesão.

## 2.2 RECURSOS DO *SOFT POWER*

Em virtude da generalização do conceito de *soft power*, é comum o seu uso inadequadamente como sinônimo de qualquer influência que não envolva força militar. Para evitar esse equívoco, é essencial definir os recursos disponíveis para o seu emprego.

Nye (2011), compara o poder ao sentimento amoroso, observando que ainda que possamos sentir seus efeitos é difícil medi-lo com precisão. Assim, para melhor compreendê-lo, define o poder em termos de recursos que podem produzir resultados. Nye descreve que o *soft power* de um país baseia-se em três recursos principais: cultura, valores e políticas externas. Todavia, se estes recursos se converterão de fato em poder, dependerá da capacidade de atração, credibilidade e confiança entre os agentes.

A cultura é uma fonte fundamental de poder brando ao transmitir padrões de comportamento, conhecimento e valores de um grupo. A capacidade de um país projetar sua cultura de maneira atraente pode aumentar sua influência. Intercâmbios acadêmicos e científicos, por exemplo, reforçam o poder brando de um país ao permitir que estudantes estrangeiros apreciem seus valores e instituições ao retornarem para suas nações. As trocas comerciais e culturais, incluindo música, cinema e literatura, também atuam como uma forma de diplomacia que transcende fronteiras convencionais (*Ibid.*, 2011).

Apesar de não serem universalmente aceitos, valores como tolerância, participação, liberdade de expressão e respeito às liberdades individuais são cada vez mais valorizados numa época de hiperconectividade. No entanto, Nye observa que esses valores podem ser atraentes para alguns grupos e repudiados por outros.

A política externa é uma ferramenta pela qual os países perseguem seus interesses nacionais. Políticas que refletem compromissos com a democracia, os direitos humanos e a ajuda internacional são destacadas por Nye, como fontes significativas de atração. Ele afirma que, quando um país adota políticas que ressoam com valores e aspirações globais, ele não apenas eleva sua posição moral, mas também incentiva a cooperação, aumentando sua capacidade de influenciar outros países.

### 2.3 MODELOS DE *SOFT POWER*

De acordo com Nye (2011), há dois modelos principais de como o *soft power* pode ser utilizado para influenciar: o modelo direto e o modelo indireto.

No modelo direto de aplicação do poder brando, as nações se esforçam para atuar nas elites do país alvo, visando influenciar líderes e governantes a adotar posições favoráveis ao país que exerce a influência. Esse método enfatiza as relações diplomáticas tradicionais, como visitas de Estado e conferências bilaterais e multilaterais. Neste modelo a importância das qualidades pessoais é relevante, em que líderes carismáticos, benevolentes e competentes têm mais facilidade em atrair e persuadir outras lideranças a concordar com suas posições.

Em outras ocasiões, atores agem deliberadamente para criar este mesmo efeito de atração e persuasão, recorrendo à diplomacia pública<sup>5</sup>, programas de intercâmbio, mídia e assistência externa. Esta é a abordagem indireta, na qual os alvos são a opinião pública e as atitudes culturais, impactando conseqüentemente nos líderes. Neste caso, o poder brando desempenha um papel indireto ao moldar um ambiente favorável a tomada de decisões.

O modelo indireto é o mais comum, pois seus recursos não pertencem exclusivamente ao governo como os recursos de *hard power*. Enquanto o poder se desloca para agentes não governamentais, a projeção do *soft power* se torna menos hierárquica, aumentando a importância de atores não estatais. Nesses casos, as

---

<sup>5</sup> De acordo com o Ministério das Relações Exteriores, o termo diplomacia pública designa a influência de opiniões e atitudes públicas na formulação e na execução de políticas no plano externo, ultrapassando as relações apenas entre Governos e incorporando as trocas entre os Governos e o público (Brasil, 2022a).

interações das sociedades civis e dos entes não estatais podem promover os objetivos do Estado, como democracia e liberdade (Nye, 2011).

## 2.4 RELAÇÃO ENTRE O *SOFT*, O *HARD* E O *SMART POWER*

Ainda que compartilhem a ambição de influenciar comportamentos, a distinção crucial entre o *soft* e o *hard power* está na intensidade e tangibilidade dos seus recursos. O *hard power* refere-se ao poder coercitivo, empregado principalmente por meios militares e econômicos para mudar ações. Já o *soft power* busca a persuasão, influenciando escolhas políticas pela atratividade cultural, valores e ideologia (Nye, 2004). A figura 1 ilustra a diferença entre os espectros envolvidos.

Figura 1 - Espectro entre o *Hard* e o *Soft Power*

	<b><i>Hard Power</i></b>	<b><i>Soft Power</i></b>
Espectro de comportamentos	Comando ← ● —●— coerção      recompensa	● —●— → Cooptação ajuste de interesses      atração
Recursos mais prováveis	força      pagamentos sanções      propinas	instituições      cultura valores políticas

Fonte: Nye, 2004, p.8.

Ressalta-se que, mesmo para países com *hard power* consolidado, o poder brando é essencial para alcançar objetivos sem os custos do uso da força. Para países com *hard power* limitado, o *soft power* oferece uma forma de influenciar comportamentos que não poderiam ser alcançados pela coerção.

Reconhecendo que apenas o *soft power* não pode produzir uma política externa eficaz, Nye (2011) introduz o conceito de *smart power*, que combina recursos coercitivos de *hard power* com ferramentas de persuasão e atração, permitindo converter instrumentos de poder em resultados desejados segundo o contexto.

Neste contexto, o autor esclarece que recursos militares e econômicos, tradicionalmente associados ao *hard power*, podem gerar *soft power* dependendo de

como são utilizados. Uma força militar bem gerida pode gerar atração, enquanto ações não coercitivas e a cooperação entre FFAA podem estabelecer relações que melhoram o poder brando de um país. Quando integradas entre os setores de Diplomacia e Defesa e direcionadas ao plano internacional com objetivos de Estado, essas ações se traduzem em uma estratégia eficaz de *Smart Power* (Nye, 2011).

## 2.5 GERENCIAMENTO DE CRISES

Outra forma de um governo moldar sua reputação internacional e, conseqüentemente, seu *soft power*, é através do gerenciamento de crises.

Couto e Soares (2013) nos contam que o gerenciamento de crises é um componente crucial no processo de tomada de decisão de qualquer governo, visto que falhas em lidar com elas pode comprometer a governabilidade e a governança. Sendo inerentes à condição humana e às interações entre nações, as crises trazem desafios que podem afetar a estabilidade, a segurança e o bem-estar da sociedade. A habilidade de um governo de responder eficientemente a tais situações é, portanto, um teste direto da sua competência e legitimidade.

Com a missão de prevenir e gerenciar crises por intermédio da articulação entre órgãos públicos e privados das diversas instâncias de poder, o Gabinete de Crises<sup>6</sup> (Couto; Soares, 2013) recorre à colaboração entre as diversas entidades, permitindo estabelecer canais de comunicação e articulações menos formais que ultrapassam os entraves da burocracia tradicional. Contrariando a “teoria da chaminé”<sup>7</sup>, essa abordagem multidisciplinar permite uma resposta rápida e eficiente às crises.

Um bom gerenciamento de crises minimiza os seus impactos negativos e fortalece a posição internacional do país, demonstrando sua capacidade de lidar com desafios complexos de forma organizada e humanitária. Resumidamente, o processo envolve desde a busca de conhecimento e monitoramento contínuo até a coordenação de ações preventivas e respostas rápidas, com destaque para a

---

<sup>6</sup> Na estrutura do Governo Federal do Brasil, o Gabinete de Crises é vinculado ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (Couto; Soares, 2013).

<sup>7</sup> Couto e Soares explicam que o “formato clássico dos organogramas reflete o que, nos países de língua inglesa, é denominada teoria da chaminé: um órgão nunca mantém contato com outros que não façam parte, como uma chaminé, de suas linhas verticais de comando e informação” (Couto; Soares, 2013, p.32).

formação de equipes multidisciplinares, a importância da comunicação eficaz e da cooperação.

## 2.6 CONCLUSÕES PARCIAIS

Chegando ao fim deste capítulo, discutimos o conceito de *soft power*, introduzido por Joseph Nye, que se refere à capacidade de influenciar através da atração e persuasão, utilizando recursos intangíveis como cultura, valores e políticas externas legítimas. Destacamos que a cultura, os valores democráticos e as políticas de ajuda internacional são fontes significativas de poder brando.

Também abordamos o conceito de *smart power*, que combina estrategicamente elementos de *hard* e *soft power* para alcançar resultados desejados. Nye argumenta que a gestão eficaz de recursos militares e ações não coercitivas podem contribuir para o *soft power*, dependendo do contexto e da percepção do público. Desta forma, uma economia robusta e forças militares eficientes também podem incrementar o *soft power* de um país.

Vimos que os modelos de aplicação do *soft power* incluem o modelo direto, que influencia líderes por intermédio de visitas de Estado e negociações diplomáticas, e o modelo indireto, que molda a opinião pública via promoção cultural e programas de intercâmbio. Ambos são essenciais para construir poder de atração e projetar influência internacional.

Por fim, apresentamos o Gabinete de Crises da Presidência da República do Brasil, órgão que Couto e Soares (2013, p.15) descrevem como um “um foro de articulação para temas com potencial de crise”.

### 3 A CRISE ENTRE VENEZUELA E GUIANA NA REGIÃO DO ESEQUIBO

A crise entre Venezuela e Guiana pelo Esequibo é um conflito territorial que remonta ao século XIX, marcado pela disputa de uma área rica em recursos naturais a oeste do rio Esequibo, permanecendo um foco de tensão regional. Este capítulo explora os antecedentes e desenvolvimentos atuais da crise, analisando as reivindicações de ambos os países e suas repercussões regionais.

A estrutura deste capítulo compreende uma análise da controvérsia até 2015 e dos eventos subsequentes até abril de 2024. A primeira parte detalha a evolução histórica, destacando os tratados e protocolos assinados pelas partes envolvidas. A segunda parte se concentra nas declarações políticas e tensões emergentes, especialmente após a descoberta de petróleo na Guiana em 2015.

#### 3.1 HISTÓRICO DA CRISE: DOS TEMPOS COLONIAIS ATÉ 2015

A disputa territorial entre Venezuela e Guiana pelo Esequibo tem raízes no colonialismo espanhol, holandês e, mais tarde, britânico. A área disputada, situada entre os rios Orinoco e Esequibo, compreende cerca de 70% do território guianense, abrangendo disputas terrestres e, mais recentemente, marítimas.

Inicialmente reivindicada pelos espanhóis, a região foi colonizada por holandeses, que estabeleceram o primeiro assentamento na Guiana em 1616. Em 1648, a assinatura do Tratado de Münster<sup>8</sup>, no contexto da Paz de Westfália<sup>9</sup>, levou ao reconhecimento espanhol da soberania holandesa sobre a região (Ishmael, 2005).

Após a independência da Venezuela do Império espanhol em 1810, o país reclamou o controle sobre a região com base no antigo domínio espanhol, estabelecido desde o século XVI. O Reino Unido, por sua vez, reivindicou o território com base no Tratado Anglo-Holandês de 1814<sup>10</sup>, consolidando-o como Guiana

<sup>8</sup> Pelo tratado a Espanha reconheceu a independência holandesa e concordou que os holandeses reteriam todos os “senhorios, cidades, castelos, fortalezas, comércios e terras” que já ocupavam (Ishmael, 2005).

<sup>9</sup> Tratados europeus de 1648 que encerraram a Guerra dos Oitenta Anos entre a Espanha e as Províncias Unidas, bem como a fase alemã da Guerra dos Trinta Anos (Britannica, 2024a).

<sup>10</sup> O Tratado Anglo-Holandês de 1814 foi assinado pelo Reino Unido e Holanda em Londres no contexto do fim das Guerras Napoleônicas. Pelo tratado, os holandeses cederam aos britânicos formalmente as colônias de Esequibo, Demerara e Berbice (Loader, 2024).

Britânica em 1831, apesar das fronteiras com a Venezuela ainda não estarem delimitadas (Britannica, 2024a).

É relevante esclarecer a diferença entre os princípios jurídicos de determinação de fronteiras adotados por Venezuela e Reino Unido na época. A Venezuela seguia o princípio do *uti possidetis juris*<sup>11</sup>, originário da Coroa Espanhola (Vargas, 2017), enquanto o Reino Unido aplicava o *uti possidetis de facto*<sup>12</sup> (Carneiro, 2016). Essa divergência entre os princípios jurídicos agravou o processo de delimitação fronteiriça.

Em 1835, o Reino Unido contratou o agrimensor alemão Robert Schomburgk<sup>13</sup> para delinear as fronteiras da Guiana Britânica. A demarcação conhecida como Linha *Schomburgk*<sup>14</sup> incorporou a região de Esequibo na Guiana Inglesa, provocando protestos imediatos da Venezuela que reivindicava terras até o rio Esequibo.

Nas décadas seguintes, a descoberta de ouro na região atraiu mineiros e colonos britânicos, levando à redefinição da Linha *Schomburgk* e ao aumento das tensões. Essa escalada culminou com a ruptura das relações diplomáticas entre a Venezuela e o Reino Unido em 1887 (Ishmael, 2013).

No final do século XIX, invocando a Doutrina Monroe<sup>14</sup>, a Venezuela buscou a intermediação dos EUA em sua disputa territorial com o Reino Unido. Assim, os EUA facilitaram um acordo que levou à assinatura do Tratado de Arbitragem de Washington, em 1897. Este tratado estabeleceu um tribunal composto por cinco juízes: dois britânicos, dois americanos representando os interesses venezuelanos,

<sup>11</sup> O *uti possidetis juris* (posse útil de direito), foi adotado como um critério chave na determinação das fronteiras entre os Estados latino-americanos após suas independências, com foco particular nos países de língua espanhola. Esse princípio considerava primordialmente os limites administrativos que haviam sido estabelecidos pela Coroa Espanhola em suas colônias (Vargas, 2017, p. 158).

<sup>12</sup> O *uti possidetis de facto* (pose útil de fato) privilegia a efetiva ocupação do território, quando o controle físico real sobre a área é prioritário para determinar a posse territorial em vez do título jurídico sobre ele (Neto, 2019).

<sup>13</sup> Hermann Robert Schomburgk (1804 – 1865) foi um explorador e agrimensor nascido na Alemanha e contratado pelo Império Britânico, em 1835. Após conduzir pesquisas geográficas, ele definiu a “Linha de *Schomburgk*” como sendo a fronteira da Guiana Britânica. Esta linha desempenhou um papel fundamental na delimitação das fronteiras atuais da região, definindo o território reivindicado pelo Reino Unido e, mais tarde, pela Guiana descolonizada, quando o país conquistou a independência em 1966 (Britannica, 2024b).

<sup>14</sup> Anunciada em 1823 pelo presidente norte-americano James Monroe, estabeleceu os princípios básicos que definiriam a política externa dos EUA durante décadas, dentre eles que o Hemisfério Ocidental já não estava aberto a novas colonizações e qualquer tentativa por parte de uma potência europeia de colonizar território seria entendida pelos EUA como um ato de agressão. (Britannica, 2024c).

e um quinto juiz neutro, designado pelos quatro juízes anteriores, como presidente do tribunal. O documento previa ainda que os signatários se comprometiam “[...] a considerar o resultado dos procedimentos do Tribunal Arbitral como uma solução completa, perfeita e definitiva de todas as questões submetidas aos Árbitros” (ONU, 2010, Art XIII, p. 7)<sup>15</sup>.

Durante a arbitragem, a Venezuela foi representada por advogados americanos. Em 1899, o tribunal proferiu a Sentença Arbitral de Paris, unânime a favor do Reino Unido, estabelecendo uma fronteira majoritariamente alinhada à Linha *Schomburgk*. A Venezuela manteve controle sobre a foz do Orinoco, enquanto o Reino Unido recebeu a maior parte das terras a oeste do rio Esequibo, cerca de 90% da área disputada. A Venezuela aceitou a decisão sem objeções (Ishmael, 2013; Carneiro, 2016).

Ao longo das décadas seguintes, ambos os países deram sinais de que a disputa havia sido superada. Contudo, a publicação do Memorando de *Mallet-Prevost*, em 1949, reavivou a questão limítrofe. Escrito por Severo Mallet-Prevost<sup>16</sup>, representante legal da Venezuela, o documento alegou que a sentença de 1899 foi injusta e parcial, decorrente de um arranjo político entre o Reino Unido e a Rússia e que os juízes americanos foram pressionados pelo presidente russo do tribunal a concordar com o veredito final.

O Memorando revelou um diálogo entre Prevost e o juiz americano David Josiah Brewer, na presença do outro juiz americano Melville Fuller, destacando a pressão do presidente russo do Tribunal, Frederic de Martens, sobre os árbitros americanos para endossar a decisão:

**Mallett-Prevost, é inútil continuar por mais tempo esta farsa fingindo que nós somos juízes e você advogado.** O Magistrado Fuller e eu decidimos revelar confidencialmente o que acabou de acontecer. Martens veio nos ver e nos informa que Russell e Collins estão dispostos a decidir em favor da linha Schomburgk, [...] **que se nós insistirmos em começar a Linha partindo da costa no rio Moroco, ele se colocaria do lado dos britânicos e aprovará a linha Schomburgk como a verdadeira fronteira.** No entanto, ele, Martens, estava ansioso para conseguir uma sentença unânime [...]<sup>17</sup> (Prevost, 1944, p. 9, grifo nosso, tradução nossa).

<sup>15</sup> No original: “[...] to consider the result of the proceedings of the Tribunal of Arbitration as a full, perfect, and final settlement of all the questions referred to the Arbitrators.”

<sup>16</sup> Severo Mallet-Prevost escreveu seu memorando apenas um mês após ter recebido o mais alto prêmio nacional venezuelano, a Ordem do Libertador, por seu trabalho em nome da Venezuela perante o Tribunal Arbitral (Ishmael, 2015).

<sup>17</sup> No original: “Mallett-Prevost, es inútil continuar por más tiempo esta farsa pretendiendo que nosotros somos jueces y usted abogado. El Magistrado Fuller y yo hemos decidido revelarle

Ishmael (2015) relata que, na época da publicação do Memorando, a Venezuela expandia a exploração de recursos na fronteira com a Guiana Britânica, atraindo o interesse dos EUA e antecipando que o domínio sobre o Esequibo incentivaria investimentos americanos. Portanto, havia um crescente interesse do governo norte-americano pela reivindicação do Esequibo.

Em 1962, na Organização das Nações Unidas (ONU), o Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Dr. Marcos Falcón Briceño, declarou a nulidade do Laudo de Paris de 1899, rotulou a região como “Zona em Reclamação” e alegou descumprimento dos termos do Acordo de 1897. Briceño esclareceu que não buscava um novo julgamento, enfatizando a busca por uma resolução pacífica e apoiou a independência da Guiana Britânica (Venezuela, 2015).

Antes da independência da Guiana, o Acordo de Genebra foi firmado em 1966 entre o Reino Unido e a Venezuela, com aval guianense, para solucionar pacificamente a controvérsia sobre a nulidade da Sentença Arbitral de 1899 (ONU, 1966). Pelo acordo, uma Comissão Mista foi formada para encontrar uma solução em quatro anos, aplicando os métodos pacíficos do Artigo 33 da Carta da ONU<sup>18</sup>, cabendo ao Secretário-Geral da ONU definir o meio final de resolução em caso de empasse. Sem consenso em 1970, o Protocolo de *Port of Spain*<sup>19</sup> suspendeu o Acordo de Genebra por 12 anos.

Nos anos 1970 e 1980, a Venezuela usou sua riqueza petrolífera para expandir influência no Caribe e desencorajar alianças pró-Guiana sobre o Esequibo (Moreira, 2018) e, em 1982, optou por não renovar o Protocolo de *Port of Spain*. Dessa forma, Caracas se engajou na busca negociações bilaterais diretas, enquanto a Guiana optou por buscar uma resolução pela Corte Internacional de Justiça (CIJ).

*confidencialmente lo que acababa de pasar. Martens ha venido a vernos y nos informa que Russell y Collins están dispuestos a decidir en favor de la línea Schomburgk, [...] que si nosotros insistimos en comenzar la línea partiendo de la costa en el río Moroco, él se pondría del lado de los británicos y aprobará la línea Schomburgk como la verdadera frontera. Sin embargo añadió, él, Martens, estaba ansioso de lograr una sentencia unánime [...].”*

<sup>18</sup> “As partes em uma controvérsia, que possa vir a constituir uma ameaça à paz e à segurança internacionais, procurarão, antes de tudo, chegar a uma solução por negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, solução judicial, recurso a entidades ou acordos regionais [...]” (ONU, 1945, art. 33, p.22).

<sup>19</sup> O Protocolo previa que, enquanto estivesse em vigor, nenhuma reivindicação seria feita pela Guiana à soberania territorial nos territórios da Venezuela ou pela Venezuela à soberania territorial nos territórios da Guiana (ONU, 1970, art. IV).

Sem consenso, a questão foi levada ao Secretário-Geral da ONU, que em 1987 escolheu os "Bons Ofícios"<sup>20</sup> como mecanismo de resolução, ativado em 1989. Apesar dos esforços, não houve resultados práticos até a ascensão de Hugo Chávez à presidência da Venezuela em 1999, que reavivou a disputa.

Durante o governo de Hugo Chávez (1999 - 2013), foi adotada uma postura ambígua em relação à disputa com o país vizinho. Em 2000, o mandatário reafirmou a reivindicação venezuelana sobre o território e o mar territorial da Zona em Reclamação (Venezuela, 2015), porém em visita a Georgetown em 2004, assegurou que a Venezuela não obstruiria atividades de exploração de recursos naturais na área disputada, além de ter firmado acordos econômicos com a Guiana (Vitto, 2018).

Durante as décadas de 2000 e 2010, a Venezuela intensificou seu interesse na porção marítima do território disputado e, aproveitando as declarações conciliatórias de Chávez, a Guiana outorgou concessões de exploração a multinacionais em áreas contestadas por Caracas (Vitto, 2018). Em 2011, a Guiana solicitou à ONU a extensão de sua Plataforma Continental, afirmando que “não há disputas na região relevantes para esta Apresentação de dados e informações relativas aos limites externos da plataforma continental além das 200 milhas náuticas”<sup>21</sup> (ONU, 2011, p. 10, tradução nossa).

### 3.2 A SITUAÇÃO CONTEMPORÂNEA: 2015 A 2024

O ano de 2015 inaugura uma escalada da tensão entre Venezuela e Guiana. Em meio à queda dos preços globais do petróleo, que agravou a crise econômica venezuelana, a Guiana se retirou do processo de Bons Ofícios<sup>22</sup> e solicitou ao secretário-geral da ONU que recorresse à CIJ para solucionar a controvérsia territorial com o país vizinho. No mesmo ano, a ExxonMobil<sup>23</sup> anunciou a primeira

<sup>20</sup> Forma de mediação pelo Secretário-Geral da ONU usada na prevenção e resolução pacífica de litígios derivada da Carta da ONU. O Secretário pode agir por si próprio ou nomear representantes para realizar bons ofícios (ONU, 2024).

<sup>21</sup> No original: “*There are no disputes in the region relevant to this Submission of data and information relating to the outer limits of the continental shelf beyond 200 nautical miles.*”

<sup>22</sup> No início de 2015 a Guiana anunciou que não participaria mais no processo de Bons Ofícios alegando não ter produzido nenhum resultado tangível ao logo de 25 anos (Ishmael, 2016).

<sup>23</sup> O consórcio liderado pela multinacional norte-americana de petróleo e gás foi o primeiro a reportar grandes reservas de petróleo na Guiana em 2015.

descoberta de vastas reservas de petróleo em águas guianenses, acirrando a disputa territorial.

Em resposta, Nicolás Maduro<sup>24</sup>, discursando na Assembleia Nacional Venezuelana, adotou um forte tom nacionalista ao denunciar a ilegalidade das atividades exploratórias na área disputada em um momento de vulnerabilidade econômica venezuelana:

**A Venezuela deve continuar a levantar a sua justa reivindicação sobre o Esequibo com mais força do que nunca**, através dos meios do direito internacional, e reconquistá-la através da paz. [...] Nestes mundos de poder, ninguém respeita os fracos, ninguém respeita os covardes, ninguém respeita quem está de joelhos. Respeitamos o digno, aquele que se destaca, aquele que é forte pela sua própria natureza, pelo seu próprio espírito<sup>25</sup> (Venezuela, 2015, p. 24 e 30, grifo nosso, tradução nossa).

Em seu pronunciamento, Maduro anunciou a criação de uma Zona de Defesa Marítima (Venezuela, 2015) na região contestada, em uma área sobreposta à Zona Econômica Exclusiva (ZEE) da Guiana.

Após decisão do secretário-geral da ONU de encerrar o processo de Bons Ofícios e encaminhar a solução à CIJ (ONU, 2018), em dezembro de 2020 a Corte afirmou sua jurisdição para julgar a validade do Laudo de Paris de 1899, apoiando a reivindicação histórica da Guiana (CIJ, 2020). A decisão foi imediatamente rejeitada por Caracas, insistindo em negociações diretas conforme o Acordo de Genebra de 1966 (Venezuela, 2020).

Na transição da década de 2010 para 2020 se observou um aumento nas atividades de ambos os países sobre a área reclamada pela Venezuela. Em 2019, a Guiana iniciou a exploração de petróleo *offshore* no Bloco *Stabroek* e buscou maior envolvimento internacional, fortalecendo suas relações diplomáticas e aproximando-se dos EUA ao mesmo tempo que reportava novas descobertas.

A partir de 2020, a retórica venezuelana intensificou-se, com recorrentes comunicados negando a jurisdição da CIJ e reafirmando seu compromisso com o Acordo de Genebra de 1966 (Venezuela, 2024a).

<sup>24</sup> Nicolás Maduro é o atual Presidente da Venezuela, assumindo o poder após a morte de seu antecessor, Hugo Chávez, em março de 2013.

<sup>25</sup> No original: “*Venezuela debe seguir levantando con más fuerza que nunca la reclamación justa sobre el Esequibo, por las vías del derecho internacional y reconquistarlo por la vía de la paz. [...] En estos mundos de poderes nadie respeta al débil, nadie respeta al cobarde, nadie respeta al que está de rodillas. Se respeta al digno, al que está de pie, al que es fuerte por su propia naturaleza, por su propio espíritu.*”

No final de 2023, Caracas anunciou um referendo<sup>26</sup> “[...] *en defensa de la Guayana Esequiba, para que la voluntad de pueblo se expresse* [...]” (Venezuela, 2023a, p.1), que ocorreu em 03 de dezembro de 2023 apesar da oposição de Georgetown e da CIJ (CIJ, 2023). No dia seguinte ao referendo, Maduro celebrou a vitória declarando “nosso mapa da Venezuela agora está mais completo com a Guiana Esequiba [...]”<sup>27</sup> (Venezuela, 2023b, tradução nossa). As perguntas feitas à população no referendo podem ser vistas no Anexo.

Apesar da escalada das tensões observada a partir da virada da década de 2020, o ano de 2023 terminou com um importante passo em direção à resolução pacífica da crise. Em 14 de dezembro, os governos assinaram a Declaração de *Argyle* para o Diálogo e a Paz, se comprometendo a não agravar o conflito por meio de ações ou palavras, além de concordarem em colaborar para evitar incidentes que possam elevar as tensões (Barbados, 2023).

O Brasil acompanhou com atenção os desdobramentos da situação e teve atuação decisiva para a assinatura da Declaração de *Argyle*, considerada um importante marco nos esforços para abordar pacificamente a questão.

A despeito dos esforços diplomáticos e declarações em conjunto, no início de 2024 observou-se um agravamento da crise. Em abril, o governo de Caracas criou o estado da *Guayana Esequiba*, anexando oficialmente a região de Esequibo ao território venezuelano (Venezuela, 2024b). O ato aconteceu logo após a convocação de eleições presidenciais para julho de 2024.

### 3.3 CONCLUSÕES PARCIAIS

Ao longo deste capítulo, exploramos a complexa dinâmica de reivindicações territoriais e disputas diplomáticas da crise entre Venezuela e Guiana pelo território de Esequibo, que se originou no período colonial e persiste até a atualidade. Destacamos os principais marcos históricos, como tratados e protocolos que moldaram a disputa, além das divergências jurídicas que complicaram a delimitação das fronteiras.

Desde 2015, a descoberta de petróleo na Guiana agravou as tensões, com a intensificação da retórica e ações do governo venezuelano na região, levando a

<sup>26</sup> Ver publicação original da resolução determinando o referendo no Anexo.

<sup>27</sup> No original: “*nuestro mapa de Venezuela ahora es más completo con la Guayana Esequiba* [...]”

Guiana a recorrer à CIJ, cuja jurisdição é rejeitada pela Venezuela, evidenciando a complexidade do conflito.

O Brasil monitorou de perto os desdobramentos, exercendo papel ativo na assinatura da Declaração de Argyle para promover o diálogo e a paz. No entanto, a recente criação do estado da *Guayana Esequiba*, em abril de 2024, indicou um agravamento das tensões, destacando a necessidade de esforços contínuos para uma solução pacífica.

Em suma, a crise entre Venezuela e Guiana pelo Esequibo permanece um desafio significativo e uma fonte constante de tensões geopolíticas, exigindo mediação internacional para alcançar uma resolução estável e pacífica.

A escalada dessas tensões realça a relevância da diplomacia e prepara a análise do próximo capítulo, que discutirá o papel do Brasil como ator regional relevante. Será explorado como o país empregou o seu *soft power* para mediar conflitos, sublinhando seu papel estabilizador na região.

## 4 O PAPEL DO BRASIL NA MEDIAÇÃO DA CRISE

Após explorar as bases teóricas do *soft power* e do gerenciamento de crise, bem como apresentar o contexto histórico da crise entre Venezuela e Guiana sobre a região do Esequibo, passaremos a analisar a atuação do Brasil frente a este conflito desde 2015. Nosso objetivo é ilustrar a postura brasileira no relacionamento com ambos os países e como esta dinâmica impactou na sua capacidade de influenciar na resolução da crise.

O capítulo está organizado cronologicamente, cobrindo desde o 2º mandato de Dilma Rousseff (2015-2016), passando pelos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro (2016-2022) até o atual governo de Luiz Inácio Lula da Silva (a partir de 2023). Desta forma, visamos compreender como cada administração utilizou a diplomacia e outras formas de influência para promover seus interesses e valores, moldando a percepção internacional do Brasil. A análise abrangerá as relações estatais de alto nível, político-diplomáticas, envolvendo temas de segurança e defesa e incluirá ainda o relacionamento econômico-comercial e temas humanitários. Desta forma, serão abordadas todas as expressões do poder nacional<sup>28</sup>.

Ao final do capítulo esperamos fornecer uma visão detalhada e comparativa das estratégias de *soft power* do Brasil, destacando as continuidades e mudanças na política externa e nas relações bilaterais com a Venezuela e a Guiana ao longo dos diferentes governos.

### 4.1 CONTEXTO DAS RELAÇÕES COM VENEZUELA E GUIANA

Historicamente, a diplomacia brasileira tem como princípio a promoção da democracia e da estabilidade regional, sobretudo na América Latina, valorizando a cooperação e o diálogo para resolver conflitos. A Constituição de 1988 reflete esse compromisso no Artigo 4º, que estabelece princípios como não-intervenção, autodeterminação dos povos e defesa da paz como alicerces das relações exteriores do país (Brasil, 1988).

<sup>28</sup> “É a capacidade que tem a Nação para alcançar e manter os Objetivos Nacionais, em conformidade com a Vontade Nacional. Manifesta-se em cinco expressões: a política, a econômica, a psicossocial, a militar e a científico-tecnológica” (Brasil, 2015c, p. 212).

Durante a primeira década do século XXI, o Brasil reforçou sua reputação internacional como defensor dos valores democráticos e dos direitos humanos. O sucesso econômico e social alcançado nesse período ampliou sua influência global, tornando o país um modelo para outras nações em desenvolvimento e incrementando seu *soft power* (Saraiva, 2016).

Nesta época, o Brasil mantinha relações históricas com a Venezuela e a Guiana. As interações com a Venezuela eram próximas, com uma parceria comercial e política significativa, não apenas entre Estados, mas entre governos (Watanabe, 2021, p. 4-5 *apud* Gomes, 2012; Barros; Lima; Carneiro, 2022). Por outro lado, os contatos bilaterais com a Guiana eram tímidos, embora houvesse esforços de cooperação nas áreas de infraestrutura e segurança (Silva, 2015 *apud* Cardoso, 2010).

## 4.2 DILMA ROUSSEFF (2015 – 2016)

### - Relações entre Brasil e Venezuela

Em 2015, o Brasil enfrentava um desafio diplomático complexo, buscando equilibrar interesses regionais e globais, enquanto lidava com a reeleição de Dilma Rousseff em meio a uma crise econômica e política<sup>29</sup> (Barros *et al.*, 2022). No contexto sul-americano, a descoberta de grandes reservas de petróleo na Guiana acirrou as tensões com a Venezuela, conforme descrito no capítulo anterior.

Nas relações com o país andino, observou-se uma redução significativa na diplomacia presidencial, evidenciada pela ausência de visitas da chefe de Estado brasileira ao país vizinho (Brasil, 2024a). Essa ausência representou uma mudança nas relações bilaterais, resultando em uma perda de prestígio regional. Esse distanciamento ficou evidente nos protestos que ocorreram contra a Comissão Externa do Senado na Venezuela, em junho de 2015 (Brasil, 2015a, p. 283).

<sup>29</sup> No início do segundo mandato de Dilma Rousseff, o Brasil enfrentou uma grave crise econômica caracterizada pela recessão, aumento da inflação e desemprego, agravada por um desequilíbrio fiscal significativo. Paralelamente, a crise política se intensificou com escândalos de corrupção envolvendo a Petrobrás e o enfraquecimento do apoio no Congresso, culminando em um processo de impeachment contra a presidente. Tal conjuntura limitou a capacidade do governo brasileiro de realizar uma política externa ativa.

Durante o governo Dilma, as declarações do Ministério das Relações Exteriores (MRE) mantiveram uma postura firme em defesa do diálogo político, do respeito à democracia e dos direitos humanos. Mantendo uma posição de neutralidade diante da eclosão de manifestações no país vizinho e das ações do governo Maduro contra opositores, o MRE expressou preocupação com "[...] as medidas tomadas nos últimos dias, que afetam diretamente partidos políticos e representantes democraticamente eleitos, assim como iniciativas que visam abreviar o mandato presidencial" (Brasil, 2015a, p. 65).

A presidente brasileira defendia que o Brasil não apoia intervenções externas, afirmando que “nós não seremos jamais um poder regional com o porrete na mão” e enfatizando a importância do diálogo e da diplomacia nas relações com a Venezuela (Brasil, 2015b). Durante a pesquisa para este trabalho não foram identificados comunicados do governo brasileiro específicos sobre o conflito pela região de Esequibo no período.

O intercâmbio comercial, naturalmente, refletiu a instável situação econômica e o distanciamento político. A partir do final de 2014, houve uma forte queda no fluxo comercial bilateral, com redução de 36,7% em 2015 e 53,3% em 2016 (Brasil, 2024k), conforme observado no gráfico 1.

A deterioração política e econômica também impactou em um importante instrumento de *soft power* brasileiro pela atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)<sup>30</sup>. Em 2015, o banco suspendeu todos os contratos na Venezuela (BNDES, 2024), representando 75% dos desembolsos da instituição na América do Sul naquele ano (Ferreira, 2023, p. 102).

A crise venezuelana, por outro lado, ressaltou a importância da cooperação regional para a segurança da Amazônia. Nesse cenário, as FFAA desempenham um papel crucial no fortalecimento da soberania e no monitoramento dos fluxos transfronteiriços na região (Cabral, 2018 *apud* Costa Vaz, 2018). No entanto, desde 2015, as relações nas áreas de segurança e defesa entre Brasil e Venezuela foram impactadas pela instabilidade do país vizinho e pelas mudanças na política externa brasileira.

Segundo Barros *et al.* (2022), o Brasil e a Venezuela mantinham, inicialmente, uma cooperação militar significativa, caracterizada por intercâmbios regulares para

<sup>30</sup> O BNDES foi uma importante ferramenta durante os governos petistas, sobretudo nos governos do Presidente Lula, atuando como “[...] instrumento de *soft power* no contexto da política externa brasileira[...]” (Ferreira, 2023, p. 54).

cursos e treinamentos. Em 2015, 21 militares venezuelanos participaram de cursos em Organizações Militares brasileiras, enquanto 11 militares brasileiros foram enviados à Venezuela (Cabral, 2018, p. 10). A partir desse período, porém, houve uma redução gradual desses intercâmbios, refletindo as preocupações do Brasil com a estabilidade regional e as dificuldades econômicas enfrentadas por ambos os países.

A instabilidade social, resultante do agravamento do quadro político-econômico venezuelano, desencadeou um movimento migratório em busca de melhores condições de vida. Em 2015, o Brasil registrou 717 pedidos de refúgio<sup>31</sup>, número que aumentou para 2.601 em 2016 (Brasil, 2020e). Esse fluxo de emigrantes venezuelanos sobrecarregou os serviços públicos em Roraima e intensificou as tensões sociais. Durante a pesquisa, não foram identificadas medidas específicas adotadas pelo governo brasileiro em resposta à crise migratória. A evolução dos pedidos de refúgio está ilustrada no gráfico 3.

#### - Relações entre Brasil e Guiana

De forma semelhante ao que ocorreu com a Venezuela, Dilma Rousseff não realizou visitas à Guiana, em contraste com as três visitas feitas por seu antecessor. As relações político-diplomáticas mantiveram-se discretas, com o único contato de alto nível ocorrendo em fevereiro de 2016, quando o chanceler brasileiro visitou o país vizinho.

Antes dessa viagem, o representante do MRE, embaixador Mesquita, declarou que a disputa venezuelana pelo Esequibo era uma questão bilateral, devidamente encaminhada sob a mediação do Secretário-Geral da ONU (Brasil, 2016, 13 min 41 s).

As relações comerciais entre os países eram historicamente modestas e superavitárias ao Brasil. Em 2015, o comércio bilateral somou apenas US\$ 29,6 milhões, refletindo a limitada relação econômica, decorrente da fraca conectividade física, deficiências em infraestrutura e baixos índices sociais e de crescimento

<sup>31</sup> O Brasil entende como refúgio a movimentação involuntária de pessoas forçadas a sair de um país “por fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social, opiniões políticas, ou devido à grave e generalizada violação de direitos humanos”. O refugiado conta com proteção internacional e o princípio da não devolução. Diferentemente, o imigrante escolheu deslocar-se e pode voltar a qualquer momento ao seu país de origem (Brasil, 2024g).

econômico do país vizinho (Brasil, 2023d). O gráfico 2 ilustra a dinâmica do comércio entre os países.

Durante a visita do chanceler brasileiro à Guiana em 2016, as negociações abordaram grandes projetos de infraestrutura, como a construção de hidrelétricas, estradas e melhorias no porto de Georgetown. Essas iniciativas visavam aproveitar o potencial hidrelétrico da Guiana e facilitar o escoamento de produtos de Roraima, gerando expectativas de ampliação do comércio (Brasil, 2016). No entanto, nenhum documento foi assinado entre as partes<sup>32</sup>.

Não foram identificadas iniciativas do governo Dilma envolvendo a exploração energética na Guiana após a descoberta de reservas de petróleo em 2015.

A superficialidade das relações políticas também se refletiu em iniciativas isoladas das Forças Armadas brasileiras, que buscaram aumentar o contato com o país vizinho. A Marinha do Brasil (MB), durante a Operação Caribex<sup>33</sup>, realizou exercícios conjuntos com as Forças de Defesa da Guiana em 2015, incluindo visitas protocolares às autoridades militares. No mesmo ano, 10 militares guianenses participaram de cursos com o Exército Brasileiro (EB) (Cabral, 2018, p. 10), simbolizando uma importante, embora limitada, interação entre as Forças Armadas dos dois países.

#### 4.3 MICHEL TEMER (2016 - 2018) e JAIR BOLSONARO (2019 - 2022)

##### - Relações entre Brasil e Venezuela

Com a chegada de Michel Temer ao poder em agosto de 2016, após o *impeachment* de sua antecessora, e de Jair Bolsonaro em 2019, a política externa brasileira sofreu mudanças significativas em relação à Venezuela. Ambos os governos adotaram uma postura mais alinhada aos EUA, buscando isolar a Venezuela e distanciando-se dos tradicionais mecanismos regionais. As decisões

<sup>32</sup> Foram assinados quatro atos entre o Brasil e a República Cooperativa da Guiana durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014) e nenhum durante o segundo (2015-2016). Em contrapartida, seu antecessor firmou vinte e quatro atos entre os anos de 2003 e 2010 (Brasil, 2024b).

<sup>33</sup> A Operação Caribex é realizada anualmente pela MB na região do Caribe e tem como propósito, entre outros, o estreitamento de laços de cooperação com os países visitados e exercícios com as Marinhas Amigas (Brasil, 2024i). As informações a respeito dos portos visitados por navios da MB durante a operação foram obtidas junto ao Comando do 4º Distrito Naval.

políticas e diplomáticas de ambos os governos refletiram a proclamada "desideologização" da política externa brasileira (Barros *et al.*, 2022; Watanabe, 2021).

Em agosto de 2017, durante a presidência *pro tempore* do Mercosul exercida pelo Brasil, os países fundadores decidiram, por unanimidade, suspender a Venezuela do bloco (Brasil, 2024a). Nesse mesmo ano, o governo brasileiro aderiu ao Grupo de Lima<sup>34</sup>, marcando a "substituição da totalidade pela fragmentação na política externa brasileira para a América Latina e do Sul" (Barros; Gonçalves, 2019, p. 8), com a consequente diminuição da influência regional do Brasil.

Apesar dos esforços da diplomacia brasileira em se mostrar aberta ao diálogo, a postura crítica do Brasil afetou de tal forma as relações que, em dezembro de 2017, o governo venezuelano declarou o embaixador brasileiro em Caracas *persona non grata*, atitude reciprocada pelo Brasil no mesmo mês (Barros *et al.*, 2022).

A suspensão da participação brasileira na União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) em 2018, junto com outros cinco países, seguida pela denúncia do Tratado Constitutivo em 2019 (Brasil, 2019b), representou uma postura regional uníssona de isolamento da Venezuela. Como consequência, houve uma diminuição do interesse por iniciativas de cooperação subcontinental, resultando no esvaziamento da cooperação regional.

Com a chegada de Jair Bolsonaro ao poder, a relação com Caracas atingiu um novo patamar de ruptura. No primeiro mês de seu governo, o MRE emitiu onze notas declarando o governo de Maduro ilegítimo e fazendo sérias acusações<sup>35</sup>.

<sup>34</sup> Mecanismo *ad hoc* criado em agosto de 2017 por Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai e Peru para "[...] tratar da situação crítica na Venezuela e explorar formas de contribuir para a restauração da democracia naquele país por meio de uma solução pacífica e negociada". Em sua declaração inicial, o Grupo fez duras críticas ao governo venezuelano (Brasil, 2017).

<sup>35</sup> Publicada em 17 de janeiro de 2019, a Nota à Imprensa nº15/2019 afirma: "O sistema chefiado por Nicolás Maduro constitui um mecanismo de crime organizado. Está baseado na corrupção generalizada, no narcotráfico, no tráfico de pessoas, na lavagem de dinheiro e no terrorismo" (Brasil, 2019a).

Em janeiro de 2019, o Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer Juan Guaidó<sup>36</sup> como presidente interino da Venezuela, rompendo formalmente as relações diplomáticas com o governo de Maduro.

Buscando maior isolamento do governo de Maduro, o Brasil decidiu se retirar da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) em 2020, além de retirar as credenciais dos diplomatas venezuelanos e fechar a embaixada na Venezuela, removendo todo o seu corpo diplomático (Barros *et al.*, 2022).

As trocas comerciais entre os países continuaram a tendência negativa do período anterior, refletindo a ruptura política e diplomática. O comércio bilateral atingiu seu nível mais baixo em 2019, representando uma queda de 71% em relação a 2016, conforme o gráfico 1, mas permanecendo superavitário ao Brasil.

A partir de meados 2017, a inadimplência venezuelana em contratos de financiamento e exportações com o BNDES resultou no envio de onze ofícios de cobrança à representação diplomática venezuelana em Brasília (Brasil, 2023f). Esse período também marcou o fim do modelo de inserção internacional apoiado pelo BNDES, que não fez desembolsos para projetos na Venezuela a partir de 2016 (Ferreira, 2023, p. 102), ampliando o distanciamento comercial.

A ruptura política trouxe impactos significativos no intercâmbio energético, considerado estratégico para Roraima, que dependia majoritariamente do fornecimento venezuelano. Em março de 2019, o fornecimento foi interrompido, deixando o estado dependente da matriz termelétrica, o que elevou consideravelmente os custos de geração elétrica.

Referente à arquitetura regional de segurança e defesa, a retirada do Brasil da UNASUL em 2018 teve consequências consideráveis para a cooperação continental nessa área. O esvaziamento do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), crucial para a coordenação de políticas de defesa entre os países sul-americanos, enfraqueceu a liderança brasileira na formulação dessas políticas e reduziu a integração regional, comprometendo a estabilidade e a segurança no subcontinente (Cruz Bertolucci; Da Motta Baptista; Dias De Paula, 2019).

Não foram encontrados registros de exercícios combinados entre as FFAA a partir de 2016 e houve expressiva redução dos intercâmbios militares, cessando a

<sup>36</sup> Juan Guaidó é um político e líder da oposição venezuelano. Assumiu como presidente da Assembleia Nacional venezuelana em 05 de janeiro de 2019 e se autoproclamou Presidente interino do país em 23 de janeiro do mesmo ano, sendo reconhecido pelo Grupo de Lima, EUA, Brasil e outros países.

partir de 2018 (Barros *et al.*, 2022, p.104). No mesmo ano o Brasil retirou as adidâncias militares e da Polícia Federal do território venezuelano (Brasil, 2023f).

Entretanto, com o agravamento da instabilidade no país caribenho, as autoridades brasileiras reconheceram a necessidade de maior cooperação regional. O Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) (Brasil, 2020b) destacou a importância da complementaridade entre a política externa e de defesa, com vistas a aumentar a cooperação e o intercâmbio militar e fortalecer as relações, com o objetivo de evitar tensões e crises regionais.

Outro documento de alto nível, a Política Nacional de Defesa (PND), expressa preocupação com a possibilidade de conflitos regionais no entorno estratégico brasileiro<sup>37</sup>, “de modo que o País poderá ver-se motivado a contribuir para a solução de eventuais controvérsias ou mesmo para defender seus interesses” (Brasil, 2020a).

Diretamente relacionada à defesa e com impactos diretos no campo humanitário, a crise migratória venezuelana, intensificada em 2017, aumentou o fluxo de migrantes para o Brasil, especialmente para Roraima. Este movimento migratório, considerado o maior da história do continente sul-americano e uma das maiores crises de deslocamento mundial (Brasil, 2023f), resultou em um saldo positivo de 414.502 migrantes venezuelanos entre 2017 e 2022, com 91.952 interiorizados entre 2018 e 2022 (Brasil, 2024l).

Em 2018, os pedidos de refúgio totalizaram 61.391 casos, representando 77% do total de pedidos recebidos pelo Brasil naquele ano e um aumento de 8.462% desde 2015 (gráfico 3). O ano marcou o auge do número destes pedidos e, em resposta a essa situação, o Brasil implementou a Operação Acolhida<sup>38</sup>.

A operação representou uma importante iniciativa humanitária conjunta e interagências, envolvendo as FFAA, órgãos federais, estaduais e municipais, a ONU e entidades da sociedade civil. Por meio dessa operação, o governo brasileiro passou a oferecer assistência emergencial aos migrantes e refugiados venezuelanos que entravam no Brasil por Roraima (Brasil, 2024c).

<sup>37</sup> “Área de interesse prioritário para o Brasil, que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica” (Brasil, 2020a, p. 77).

<sup>38</sup> Instituída pela Medida Provisória nº 820/2018, tem como objetivo garantir atendimento aos refugiados e migrantes venezuelanos, consistindo na realocação voluntária, segura, ordenada e gratuita dessas pessoas, em situação de vulnerabilidade, dos municípios de Roraima para outras cidades do Brasil. Estrutura-se sobre três eixos principais: ordenamento da fronteira, acolhimento e interiorização dos migrantes (Brasil, 2024c).

## - Relações entre Brasil e Guiana

Em contraste com o governo de Dilma Rousseff, durante os mandatos de Michel Temer e Jair Bolsonaro as relações com a Guiana foram fortalecidas com iniciativas de alto nível. Entre 2017 e 2022, observou-se o retorno da diplomacia presidencial, com encontros anuais entre diplomatas dos dois países, resultando em acordos, memorandos de entendimento e tratados em diversas áreas (Brasil, 2024b), reforçando a posição do Brasil como parceiro estratégico na América do Sul.

Em 2018, os 50 anos de cooperação entre Brasil e Guiana foram marcados pela assinatura de compromissos nas áreas de defesa, segurança e investimentos por meio do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (Brasil, 2018a; Brasil, 2018b). No ano seguinte, Brasil, Guiana e outros seis países sul-americanos emitiram a declaração sobre a Renovação e o Fortalecimento da Integração da América do Sul<sup>39</sup>, que criou o Foro para o Progresso e Integração da América do Sul (PROSUL)<sup>40</sup> em substituição à UNASUL (Brasil, 2020c).

Impulsionadas pelo início da exploração petrolífera *offshore* na Guiana, as relações se intensificaram a partir de 2019. Em 2020, os laços foram estreitados com a visita do chanceler brasileiro, resultando em decisões conjuntas a fim de expandir a cooperação em infraestrutura, comércio, investimentos, saúde, agricultura, energia, turismo e segurança (Brasil, 2020d).

O encontro entre os mandatários brasileiro e guianês, em 2022, solidificou ainda mais o relacionamento entre os dois países, quando os governos reconheceram que “a atual conjuntura, caracterizada por perspectivas ampliadas de avanço econômico e social, representa ponto de inflexão e oportunidade de transformação para as relações bilaterais” (Brasil, 2022b).

Entre 2016 e 2022 as trocas comerciais aumentaram 2.040%, atingindo US\$ 830 milhões em 2022. O comércio bilateral, historicamente superavitário ao Brasil, intensificou-se a partir de 2020 e se tornou deficitário, a partir de 2021, em virtude do

<sup>39</sup> Pela declaração os oito países (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai e Peru) indicaram “sua vontade de construir e consolidar um espaço regional de coordenação e cooperação, estabelecendo as bases para o lançamento do PROSUL” (Brasil, 2020c).

<sup>40</sup> O PROSUL é um mecanismo concebido como uma nova plataforma de diálogo regional para o fortalecimento das relações e da cooperação entre os Estados sul-americanos, fundamentado nos compromissos de defesa da democracia, do Estado de direito e dos direitos humanos (Brasil, 2024d).

início das importações de petróleo guianês. A dinâmica das trocas está detalhada no gráfico 2.

Em alinhamento ao LBDN e à PND, o Ministro da Defesa brasileiro visitou Georgetown em fevereiro de 2018, reforçando os interesses na cooperação conjunta nas áreas de segurança e defesa. Na ocasião o presidente guianês agradeceu “pelo apoio consistente e inabalável do Brasil, ao longo dos últimos 50 anos, para a solução pacífica da controvérsia territorial com a Venezuela”. O ministro brasileiro, por sua vez, afirmou que “o Brasil [...] tem sempre o princípio da diplomacia, do respeito à soberania e da independência e não tem impedimento em nenhum país. Essa é a mensagem que trazemos do povo do Brasil” (Guyana, 2018).

A visita resultou em acordos entre a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e órgãos de segurança do país vizinho, além da aproximação entre as FFAA, consolidada pela visita de navios da MB a Georgetown em 2019 e 2022, durante a Operação Caribex, e pela formação de militares da Guiana pelo EB (Brasil, 2023d).

O relacionamento se expandiu para o campo humanitário, com a perfuração de poços artesianos pelo EB em comunidades indígenas na região fronteira com o Brasil, auxiliando no combate à seca e capacitando técnicos guianenses. Além disso, a Guiana recebeu doações brasileiras de vacinas e medicamentos (Brasil, 2023d).

No âmbito cultural e educacional, o Brasil passou a atuar por meio do Instituto Guimarães Rosa (IGR)<sup>41</sup>, promovendo a língua portuguesa e a cultura brasileira, com o propósito de estreitar as relações educacionais e culturais entre os dois países (Instituto Guimarães Rosa Georgetown, 2024).

#### 4.4 LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2023 - )

##### - Relações entre Brasil e Venezuela

<sup>41</sup> Criado em 1970, o Centro Cultural Brasil Guiana passou a se chamar Instituto Guimarães Rosa em 2022. É uma agência governamental brasileira vinculada ao MRE, sendo o principal instrumento de difusão da cultura brasileira na República Cooperativa da Guiana. Atua na promoção da língua portuguesa e cultura brasileira, além de oferecer cursos e certificados de proficiência na língua para realização de bolsas de estudo no Brasil (Instituto Guimarães Rosa Georgetown, 2024).

Ao assumir a presidência em 2023, Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) adotou uma postura reconstrutiva das relações diplomáticas com os países sul-americanos. O governante reintegrou o Brasil à CELAC e sinalizou compromisso com o fortalecimento da UNASUL, buscando restabelecer a influência do Brasil na região.

Lula considerou que “[...] o Brasil cometeu erro estratégico de transformar a América do Sul em palco de disputa geopolítica [...]” (Brasil, 2023<sup>a</sup>, p. 142), ao apostar no isolamento da Venezuela. Após anos de distanciamento, Lula retomou as relações com o governo de Maduro e, logo nos primeiros dias do seu governo, reabriu a Embaixada do Brasil em Caracas.

Em maio de 2023, Lula recebeu o líder venezuelano no Palácio do Planalto após oito anos sem visitas à Brasília, sinalizando o restabelecimento das relações entre os países. Lula afirmou: "recuperamos o direito de fazer políticas internacionais com seriedade, sobretudo com países vizinhos ao Brasil" (Brasil, 2023b), reconhecendo a importância do diálogo com o país amazônico e fronteiriço. A reaproximação foi rápida e intensa, ocorrendo mais de oitenta encontros entre representantes dos dois países no primeiro ano do seu governo, segundo registros do Senado Federal (Brasil, 2023f).

No campo diplomático, o ex-chanceler Celso Amorim e assessor especial de Lula para assuntos internacionais, desempenhou papel fundamental nas negociações envolvendo Brasil, Venezuela e Guiana sobre a disputa territorial pelo Esequibo. Amorim conduziu uma série de encontros com Maduro e o chanceler venezuelano, demonstrando a preocupação brasileira com a disputa e com o futuro processo eleitoral na Venezuela.

Em outubro de 2023, Amorim teve uma atuação decisiva na assinatura do Acordo de Barbados, firmado entre o governo venezuelano e a oposição. Esse acordo foi fundamental para estabelecer as condições necessárias à realização das eleições presidenciais na Venezuela em 2024, com a garantia da presença de observadores internacionais, além de abordar a possibilidade de suspensão das sanções impostas ao país (Brasil, 2023g).

Dois meses depois, com o aumento das tensões na região após o referendo realizado pela Venezuela, ambos os mandatários concordaram em se reunir presencialmente sob os auspícios da CELAC. Na ocasião, os líderes solicitaram a presença do presidente brasileiro, reconhecendo a liderança de Lula na busca por uma solução para a disputa. Celso Amorim representou o governo brasileiro e

desempenhou um papel central nas negociações que resultaram na assinatura da Declaração de Argyle para o Diálogo e a Paz entre Venezuela e Guiana (Barbados, 2023).

A diplomacia brasileira foi fundamental para o êxito das negociações e para a concretização dos acordos no final de 2023, estabelecendo um processo de mediação entre Venezuela e Guiana para resolver pacificamente a controvérsia sobre o Esequibo, com a participação de atores internacionais. Esses acordos representaram um avanço significativo na redução das tensões e na prevenção de um conflito armado na região, com o papel de liderança do Brasil sendo reconhecido no cenário internacional, inclusive pelo governo estadunidense (Brasil, 2024j).

Dando continuidade às negociações, o Itamaraty<sup>42</sup> sediou a reunião da Comissão Conjunta de Chanceleres da Guiana e Venezuela em janeiro de 2024 (Brasil, 2024e). Liderada pelos ministros dos dois países, com a participação do chanceler brasileiro e de representantes da CELAC e da ONU, as partes reafirmaram o compromisso de seguir dialogando com base na Declaração de Argyle. Novamente, a diplomacia brasileira atuou decisivamente no diálogo pela busca de uma solução pacífica para a crise.

No âmbito comercial, o início do mandato de Lula coincidiu com o reconhecimento, por ambos os governos, da necessidade de diálogo para resolver as dívidas venezuelanas com o Brasil e reabrir os canais de comércio. Além da cooperação econômica, há discussões em andamento sobre a retomada da cooperação energética, incluindo o restabelecimento do fornecimento de energia da Venezuela para Roraima, interrompido em 2019 (Brasil, 2023c).

O comércio bilateral, que havia caído para US\$ 500 milhões em 2019, alcançou US\$ 1,57 bilhão em 2023, com um superávit de US\$ 740 milhões para o Brasil. A dinâmica desse intercâmbio comercial é detalhada no gráfico 1.

No contexto de reintegração regional, ambos os países ressaltaram a importância de intensificar a integração e a cooperação em defesa e segurança nas fronteiras, promovendo ações conjuntas. O governo brasileiro organizou a Primeira Reunião Sul-Americana de Diálogo entre Ministros da Defesa e das Relações Exteriores, reunindo autoridades de defesa de 12 países sul-americanos, incluindo Venezuela e Guiana. O encontro foi direcionado para a retomada do diálogo e da

<sup>42</sup> Como é conhecido o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, responsável pela política externa e pelas relações internacionais do Brasil nos planos bilateral, regional e multilateral.

cooperação em defesa na América do Sul, além de explorar medidas para estabelecer um diálogo regular entre os países da região (Brasil, 2023e).

No campo humanitário, a Operação Acolhida completou seis anos, tendo interiorizado mais de 125 mil venezuelanos em 1.026 municípios, até janeiro de 2024 (Brasil, 2024l). O lançamento do Programa de Cooperação Técnica e Humanitária bilateral para 2023-2025, priorizou as áreas de saúde, segurança alimentar, pesca, temas sociais e prevenção a desastres e proteção civil (Brasil, 2023c).

A ameaça de conflito, no entanto, colocou a cooperação à prova. Após o referendo promovido pelo governo de Maduro, o Brasil intensificou as ações de defesa na fronteira norte. Essa iniciativa fez parte de um esforço coordenado entre o Itamaraty e o Ministério da Defesa, com o objetivo de reforçar a presença militar na região e dissuadir qualquer tentativa de utilização do corredor rodoviário Venezuela-Guiana por forças militares estrangeiras.

#### - Relações entre Brasil e Guiana

As históricas boas relações entre Brasil e Guiana se mantêm durante o atual governo, simbolizadas pela presença do presidente da Guiana na posse de Lula.

A convite do governo guianês, Lula visitou Georgetown em fevereiro de 2024, acompanhado de uma delegação de alto nível, incluindo quatro Ministros de Estado. Além de retribuir o convite, a visita consolidou a liderança brasileira na região e contribuiu para aliviar a tensão na fronteira norte.

Como convidado principal da 46ª Conferência de Chefes de Governo da Comunidade do Caribe (CARICOM), Lula incentivou os países sul-americanos a manterem a região como "uma zona de paz no planeta Terra", enfatizando: "nós não precisamos de guerra". Ele destacou ainda que a integração com a Guiana faz parte da estratégia brasileira para o desenvolvimento regional e a manutenção da paz na América do Sul (Brasil, 2024f).

No encontro com o chefe de Estado guianês, Lula incentivou uma missão empresarial da Guiana ao Brasil para explorar oportunidades de investimentos brasileiros nas áreas de mineração, energia, petróleo e agricultura. A visita ocorreu em meio à expansão econômica da Guiana desde 2019, impulsionada pela exploração de petróleo, criando oportunidades para o Brasil. Entre 2019 e 2023, o

intercâmbio comercial bilateral aumentou 2.700%, atingindo US\$ 1,31 bilhão, conforme observado no gráfico 2.

Na área de defesa, o atual governo brasileiro mantém uma postura neutra, buscando evitar demonstrações de apoio militar a qualquer das partes envolvidas. Ainda assim, a cooperação se ampliou para incluir a formação de oficiais do exército da Guiana pelo Exército Brasileiro, além da realização de exercícios combinados com a participação de militares guianenses em 2023 (Brasil, 2023h).

O estreitamento de laços com a Guiana continua a se desenrolar em meio a desafios geopolíticos, revestindo-se de oportunidades significativas nos âmbitos político, econômico e estratégico.

#### 4.5 ANÁLISE

Desde 2015, as relações do Brasil com a Venezuela e a Guiana têm sido marcadas por diferentes posturas políticas, tendo impacto direto na capacidade do país de exercer sua influência na região. Como discutido no capítulo dois, o conceito de *soft power*, desenvolvido por Joseph Nye, refere-se à capacidade de um país alcançar os resultados desejados por meio da atração e persuasão, utilizando-se de recursos como cultura, valores políticos e políticas externas legítimas.

Durante o segundo mandato de Dilma Rousseff, a instabilidade interna brasileira afetou sua política externa, refletindo em um relativo distanciamento político em relação à Venezuela. Embora o governo tenha mantido a tradição de promover o diálogo político e o respeito à democracia, o enfraquecimento das relações diplomáticas reduziu a presença e a atuação brasileira na região. A capacidade do Estado brasileiro de atrair e persuadir outros países - uma característica essencial do *soft power* - foi prejudicada pela fragilidade interna e pela ausência de uma postura ativa na arena internacional.

Paralelamente, percebeu-se que a tímida aproximação entre os governos brasileiro e guianense não refletiu o potencial de liderança regional do Brasil. Essa situação foi agravada pelas descobertas de petróleo anunciadas em 2015, que atraíram a atenção de atores externos interessados na Guiana, abrindo espaço para a intervenção extrarregional e diminuindo o prestígio do Brasil na região.

Com a ascensão de Michel Temer, observou-se uma reorientação estratégica na política externa brasileira. Temer adotou uma postura mais alinhada com os EUA, distanciando-se da Venezuela e aderindo ao Grupo de Lima, marcando um afastamento das políticas anteriores. A suspensão da Venezuela do Mercosul durante a presidência *pro tempore* brasileira do bloco destacou uma postura mais coercitiva contra as práticas do governo venezuelano. No entanto, essa postura isolacionista impactou a proeminência brasileira sobre a região, enfraquecendo sua capacidade de exercer *soft power*. Ao optar por uma abordagem coercitiva, com sanções e isolamento, o Brasil deixou de utilizar plenamente suas ferramentas de atração e persuasão.

Sob o governo de Jair Bolsonaro, a diplomacia brasileira reforçou seu alinhamento com os EUA e intensificou as críticas ao governo de Nicolás Maduro. A ausência da diplomacia presidencial, marcada pela postura isolacionista do mandatário em relação à Venezuela, e a fragmentação da política externa regional afastaram o Brasil dos mecanismos tradicionais de integração sul-americanos, minando a eficácia dos recursos de poder brando e enfraquecendo a percepção do Brasil como um agente de coesão regional.

A postura de Bolsonaro teve um relativo impacto negativo no *soft power* brasileiro, uma vez que a cooperação e o diálogo foram substituídos pela ruptura política e diplomática com a Venezuela. Joseph Nye argumenta que o *soft power* depende da percepção de legitimidade e da atração cultural e política. A abordagem adotada pelo governo, focada em alianças estratégicas com potências ocidentais, no apoio a medidas coercitivas contra o país vizinho e apostando no seu isolamento, comprometeu essas percepções. Como resultado, a capacidade do Brasil de se posicionar como mediador na crise pelo Esequibo e de conduzir a região em direção a uma solução pacífica foi enfraquecida, criando oportunidades para que potências extrarregionais aumentassem sua presença na região norte do continente sul-americano.

Em contrapartida, a Operação Acolhida, iniciada em 2018, desempenhou um papel importante na percepção internacional do Brasil. Essa iniciativa humanitária reforçou a imagem do país como acolhedor e comprometido com os direitos humanos, destacando valores de solidariedade e respeito à dignidade humana, que são recursos fundamentais para o fortalecimento do *soft power*.

Esses elementos impactaram positivamente a atratividade e a legitimidade do Brasil perante o público externo, fortalecendo seu *soft power* ao promover ideais humanitários e compensar parcialmente a perda de liderança regional decorrente do isolamento político. No entanto, a postura isolacionista promovida pelo governo brasileiro limitou o potencial de impactar e influenciar a população venezuelana em seu próprio território por uma abordagem indireta.

No contexto do gerenciamento de crises, a operação humanitária exemplifica a capacidade do Brasil de responder de maneira eficaz a situações emergenciais, demonstrando competência e legitimidade. Esta habilidade reflete diretamente na reputação internacional e projeta uma imagem positiva e confiável do país. Ao gerenciar a crise de refugiados venezuelanos com eficiência e empatia, o Brasil minimizou os impactos negativos e melhorou sua posição internacional, mostrando-se como um líder capaz de lidar com desafios complexos ao integrar diversas entidades governamentais e não governamentais.

Por outro lado, a aproximação com a Guiana pode ser considerada uma estratégia bem-sucedida. Bolsonaro fortaleceu os laços com o governo guianense nas mais diversas áreas, incentivando a cooperação econômica, técnica, de segurança e defesa, e atuando diretamente nas lideranças do país. Essa aproximação, em contraste com o distanciamento da Venezuela, exemplificou uma tentativa de usar a influência econômica e diplomática brasileira para consolidar sua posição na região, especialmente em um momento em que a Guiana começou a apresentar altos índices de crescimento e oportunidades.

A política de Bolsonaro para a Guiana refletiu uma utilização mais eficiente do *smart power*, integrando abordagens diretas aos líderes e às elites do país, por meio de vários encontros diplomáticos, ao mesmo tempo em que alcançava a população com programas de intercâmbio cultural, ajuda humanitária e cooperações técnicas, empregando as FFAA e estabelecendo relacionamentos. Ao apoiar a Guiana, o Brasil reforçou sua imagem como um parceiro confiável e promotor do desenvolvimento regional, conquistando legitimidade, elementos essenciais para a construção de *soft power*.

No âmbito doméstico, um fato marcante foi o reconhecimento, pelas lideranças políticas nacionais, da complementaridade entre a diplomacia e a defesa, assim como da necessidade de dotar o Brasil de uma adequada capacidade dissuasória, especialmente diante do risco de conflito no entorno estratégico do país.

A publicação de documentos de alto nível, como a LBDN e a PND, demonstrou um amadurecimento no nível político e estratégico brasileiro no entendimento e aplicação do conceito de *smart power*.

Com a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva ao poder em 2023, houve uma mudança substancial na condução da política externa brasileira. Lula buscou reconstruir as relações regionais que haviam sido negligenciadas e fortalecer a cooperação sul-americana. Por suas características pessoais, fez uso frequente de uma abordagem direta do *soft power*, envolvendo-se pessoalmente com os líderes nacionais para gerar atração e persuasão.

A revitalização da diplomacia e da cooperação regional fortaleceu o poder de influência do Brasil, refletido no reconhecimento da liderança brasileira no processo de mediação da crise pelo Esequibo. Sob a influência e orientação da diplomacia brasileira, Venezuela e Guiana foram atraídas ao diálogo, comprometendo-se a buscar uma solução pacífica para a disputa.

Elementos centrais do conceito de Nye, a atração e persuasão foram exercitadas constantemente pelo governo Lula, demonstrando a atuação do *soft power* e reforçando a imagem do Brasil como um mediador confiável e comprometido com a estabilidade regional. Integrado a esses esforços diplomáticos, o Brasil também fortaleceu sua presença militar na fronteira norte, indicando uma atuação conjugada dos poderes e exercitando o *smart power*.

Neste contexto de reintegração, o atual governo brasileiro tem demonstrado que a superação da crise multidimensional que afeta a Venezuela depende do diálogo e de um engajamento inclusivo e construtivo com o país vizinho. Além disso, a solução das questões transfronteiriças e o combate às atividades criminosas na região de fronteira também requerem uma cooperação regional efetiva.

O uso eficaz do poder brando envolve não apenas a comunicação de informações e a promoção de uma imagem positiva, mas também o estabelecimento de relações duradouras que favoreçam as políticas governamentais, criando percepções de benignidade, competência e carisma. Desde 2015, o processo de influência brasileira na região foi moldado pelas diferentes abordagens adotadas pelos seus governos. Enquanto as gestões anteriores enfraqueceram o *soft power* devido à redução da presença diplomática e ao alinhamento com potências externas, o atual governo sinalizou uma recuperação dessa capacidade por meio da revalorização da diplomacia e da cooperação regional.

Portanto, a influência brasileira na região está intimamente ligada à capacidade de promover a cooperação, o diálogo, a diplomacia e sua integração com o uso eficiente de meios de dissuasão, além do reconhecimento de sua legitimidade. Esses elementos são essenciais para que os recursos de *soft power* e alguns tradicionais de *hard power*, como as FFAA, possam efetivamente se converter em poder de atração de fato. A postura dos governos brasileiros evidencia que o prestígio e a projeção do Brasil sobre seu entorno estratégico dependem significativamente de como esses princípios são incorporados na prática da política externa em conjunto com a defesa.

Finalmente, a análise das ações do Brasil na crise do Esequibo desde 2015 demonstra uma alternância na aplicação do *soft* e do *smart power*, refletindo as diferenças entre os governos. Durante o governo Dilma, a política externa manteve uma postura de diálogo e respeito à democracia, mas com uma presença diplomática reduzida, resultando em uma perda de influência na região. Sob Temer, a diplomacia focou em um alinhamento com os EUA e iniciou um movimento de crítica e afastamento mais explícito, limitando a influência brasileira. Sob Jair Bolsonaro, a política externa tornou-se ainda mais polarizada e isolacionista, levando a um considerável enfraquecimento do poder brando nacional.

Por outro lado, o sucesso da Operação Acolhida destacou-se na gestão humanitária e contribuiu para uma divulgação internacional positiva do país. Com a ascensão de Lula ao poder, houve uma revitalização do poder de atração nacional e nos esforços para uma maior cooperação regional. Consequentemente, reforçou a imagem do Brasil como mediador confiável e conduziu ao reconhecimento oportuno da sua liderança na busca de uma solução pacífica para a disputa entre os países vizinhos. Essa adaptação ilustrou a eficácia do uso estratégico do *soft* e do *smart power* na promoção da estabilidade regional.

## 5 CONCLUSÃO

A presente dissertação teve como propósito analisar a atuação do Brasil frente à crise entre Venezuela e Guiana na região do Esequibo, no período de 2015 a abril de 2024, utilizando o conceito de *soft power* como referencial teórico e incorporando conhecimentos de gestão de crise. O objetivo foi compreender as ações de política externa empregadas e como o Brasil utilizou suas ferramentas de influência e persuasão no contexto da disputa territorial, a fim de avaliar sua eficácia na mediação do conflito e na promoção da estabilidade regional.

Para atingir o propósito, foi formulada a seguinte questão: Como a política externa do Brasil e seus interesses geopolíticos influenciam sua atuação como mediador na crise territorial entre Venezuela e Guiana?

Adotamos a hipótese que a atuação do Brasil foi marcada pelas diferentes posturas políticas adotadas, gerando impactos na capacidade de exercer o *soft power* e firmar-se como liderança legítima na região. A relevância desta pesquisa reside no entendimento de que o interesse brasileiro em aumentar sua influência e autonomia no entorno estratégico está diretamente ligado à sua capacidade de firmar-se como líder regional e ator global responsável.

A motivação para esta pesquisa surgiu da necessidade de compreender o papel do Brasil na crise territorial entre Venezuela e Guiana, especialmente após a descoberta de petróleo na região do Esequibo em 2015, o que aumentou as tensões e atraiu a atenção de potências globais para a região.

Após o capítulo introdutório, no segundo capítulo, apresentamos a base teórica do trabalho, discutindo os conceitos de *soft power*, *hard power* e *smart power*. Definimos *soft power* como a capacidade de influenciar pela atração e persuasão, utilizando recursos intangíveis como cultura, valores e políticas externas legítimas. O *smart power* foi descrito como a combinação estratégica de elementos de *soft* e *hard power* para alcançar resultados eficazes. Também exploramos as diferentes abordagens para a aplicação do poder brando e como o gerenciamento de crises pode impactar no posicionamento internacional de um país.

Posteriormente, no terceiro capítulo, nos debruçamos sobre a história da crise entre Venezuela e Guiana pelo Esequibo, detalhando os principais eventos e as reivindicações de ambos os países. A análise histórica ressaltou a complexidade da disputa, exacerbada pela descoberta de petróleo na Guiana em 2015, e a

importância de uma abordagem diplomática para a resolução do conflito. Destacamos ainda a atuação brasileira na busca por uma solução pacífica da controvérsia.

No quarto capítulo, focamos na atuação do Brasil e no relacionamento com os dois países, vinculando as práticas diplomáticas e políticas brasileiras à teoria apresentada anteriormente. Identificamos que a influência brasileira sofreu oscilações durante o período abordado, refletindo as diferentes abordagens adotadas pelos governos, especialmente em relação à política externa com a Venezuela e a Guiana.

Finalmente, após confrontar as ações e posturas brasileiras com os conceitos apresentados, chegamos à conclusão, na qual apresentaremos nossas observações finais.

A análise revelou que o Brasil enfrentou desafios internos e externos que impactaram sua capacidade de exercer seu *soft power*. A instabilidade política e econômica interna, a fragmentação e isolamento regional, as divergências e posturas coercitivas na política externa, além da competição com atores extrarregionais, foram obstáculos significativos. Dessa forma, a percepção relativa da liderança brasileira na região oscilou ao longo do período analisado.

A eficácia do poder de atração e persuasão brasileiro variou conforme a abordagem de cada governo. Sob Dilma, a presença reduzida no cenário internacional diminuiu a influência do país. Temer e Bolsonaro enfraqueceram o poder brando com suas posturas polarizadoras, isolacionistas e mais coercitivas. Com a chegada de Lula, houve uma reversão dessa tendência, com um retorno à diplomacia ativa, fundamental para reestabelecer o protagonismo do Brasil na região, reconhecido internacionalmente pelo papel ativo na mediação da crise.

No entanto, uma característica comum durante todo o período foi o uso predominante do *soft power*, complementado por elementos tradicionais de *hard power*, para mediar a crise e promover a estabilidade regional. A Operação Acolhida, iniciada em 2018, foi um exemplo significativo da aplicação indireta do *soft power* brasileiro, ao proporcionar assistência humanitária aos refugiados venezuelanos e reforçando a imagem do Brasil como líder regional comprometido com os direitos humanos.

A atuação do atual governo brasileiro na crise do Esequibo demonstrou a aplicação eficaz do *smart power*, combinando diplomacia tradicional, humanitária e

econômica com uma postura defensiva robusta. A integração de *soft power* e *hard power*, adaptando-se às necessidades e contextos específicos de cada país envolvido, conferiu legitimidade ao Brasil e viabilizou sua liderança nos processos de negociação e na promoção da estabilidade regional.

Com a Guiana, o Brasil adotou uma abordagem colaborativa, promovendo a cooperação técnica e militar, além de fortalecer os laços culturais e econômicos. Em contraste, a relação com a Venezuela exigiu uma diplomacia mais cautelosa, combinando auxílio humanitário com negociações diplomáticas sensíveis para evitar a escalada militar.

Concluimos que a diplomacia e o diálogo são ferramentas indispensáveis para a resolução de conflitos territoriais. A atuação do Brasil na crise do Esequibo exemplifica como a mediação pacífica pode ser mais eficaz do que a coerção. É fundamental que o Brasil mantenha um compromisso contínuo com valores democráticos, o Estado de direito e os direitos humanos, pois esses princípios são a base do *soft power* e da legitimidade internacional.

Desse modo, o propósito desta dissertação foi atingido, confirmando a hipótese adotada de que as diferentes abordagens políticas e diplomáticas dos governos brasileiros, durante o período analisado, impactaram a capacidade do Brasil de exercer seu *soft power* e firmar-se como liderança legítima na região.

Por fim, as conclusões obtidas contribuíram para uma compreensão mais aprofundada das estratégias de mediação do Brasil e seu papel na promoção da paz e da estabilidade regional. A análise dos capítulos anteriores demonstra que a aplicação equilibrada de *soft power* e *hard power*, por meio de um emprego estratégico do *smart power*, é essencial para consolidar a posição do Brasil como líder regional e para sua projeção internacional, contribuindo para a resolução eficaz de conflitos na América do Sul.

## REFERÊNCIAS

BARBADOS. Ministry of Foreign Affairs and Foreign Trade. **The Joint Declaration of Argyle for Dialogue and Peace Between Guyana and Venezuela**. Bridgetown: Ministry of Foreign Affairs and Foreign Trade, 2023. Disponível em: <<https://www.foreign.gov.bb/the-joint-declaration-of-argyle-for-dialogue-and-peace-between-guyana-and-venezuela/>>. Acesso em: 1 maio 2024.

BARROS, P. S.; GONÇALVES, J. de S. B. **Fragmentação da Governança Regional: o Grupo de Lima e a política externa brasileira (2017-2019)**. Mundo e Desenvolvimento: Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais da UNESP, São Paulo, v.2 n.3, 2019. Disponível em: <[https://ieei.unesp.br/index.php/IEEI\\_MundoeDesenvolvimento/article/view/50](https://ieei.unesp.br/index.php/IEEI_MundoeDesenvolvimento/article/view/50)>. Acesso em: 15 maio 2024.

BARROS, P. S.; LIMA, R. C.; CARNEIRO, H. C. **Brasil-Venezuela: evolução das relações bilaterais e implicações da crise venezuelana para a inserção regional brasileira (1999-2021)**. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea Rio de Janeiro, Abril, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11153>>. Acesso em: 1 maio 2024.

BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Apoio à exportação de serviços de engenharia**. [S. l.], 2024. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/consulta-operacoes-bndes/contratos-exportacao-bens-servicos-engenharia>>. Acesso em: 23 maio 2024.

BRASIL. **Briefing sobre a viagem do ministro Mauro Vieira ao Suriname e à Guiana**. [S. l.: s. n.], 2016. 1 vídeo (22 min). Publicado pelo canal Ministério das Relações Exteriores - Brasil. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=yWx5\\_jHpat0](https://www.youtube.com/watch?v=yWx5_jHpat0)>. Acesso em: 23 maio 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 19 mai. 2024.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Agência Marinha de Notícias**. Brasil, França, Guiana e Suriname realizam operação militar combinada. Brasília, DF: Centro de Comunicação Social da Marinha, 2023h. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/agenciadenoticias/brasil-franca-guiana-e-suriname-realizam-operacao-militar-combinada>>. Acesso em: 27 jun. 2024.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Agência Marinha de Notícias**. Brasília, DF: Centro de Comunicação Social da Marinha, 2024i. Disponível em: <<https://www.agencia.marinha.mil.br/>>. Acesso em: 1 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Brasil só aceita saída pacífica para disputa entre Venezuela e Guiana, diz Jungmann**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2018a. Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/>>

ultimas-noticias/brasil-so-aceita-saida-pacifica-para-disputa-entre-venezuela-e-guiana-diz-jungmann>. Acesso em: 1 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2015c. Disponível em: <[https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/141/1/MD35\\_G01.pdf](https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/141/1/MD35_G01.pdf)>. Acesso em: 1 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF: Ministério da Defesa 2020b. Disponível em: <[https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy\\_of\\_estado-e-defesa/livro\\_branco\\_congresso\\_nacional.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf)>. Acesso em: 1 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa/ Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2020a. Disponível em: <[https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado\\_e\\_defesa/pnd\\_end\\_congresso\\_.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/pnd_end_congresso_.pdf)>. Acesso em: 1 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **O que é refúgio**. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2024g. Disponível em: <<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/o-que-e-refugio/capa>>. Acesso em: 27 jun. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Acervo de atos Internacionais do Brasil**. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, 2024b. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/>>. Acesso em: 27 maio 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos Brasil-Guiana – 13 de dezembro de 2018**. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, 2018b. Disponível em: <[https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/acordo-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-brasil-guiana-13-de-dezembro-de-2018](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/acordo-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-brasil-guiana-13-de-dezembro-de-2018)>. Acesso em: 1 jun. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Agência Brasileira de Cooperação (ABC)**. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, 2024. Disponível em: <<https://www.abc.gov.br/Projetos/pesquisa>>. Acesso em: 27 maio 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Atos assinados por ocasião da visita do Presidente da Venezuela ao Brasil**. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, 2023c. Disponível em: <[https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/atos-assinados-por-ocasio-da-visita-do-presidente-da-venezuela-ao-brasil-2013-29-de-maio-de-2023](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/atos-assinados-por-ocasio-da-visita-do-presidente-da-venezuela-ao-brasil-2013-29-de-maio-de-2023)>. Acesso em: 26 jun. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Conceito de Diplomacia Pública**. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, 2022a. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/delbrasonu/diplomacia-publica-1/conceito-de-diplomacia-publica>>. Acesso em: 6 abr. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Declaração à imprensa pelo Ministro**

**Mauro Vieira sobre a I Reunião da Comissão Conjunta de Chanceleres e Técnicos da Guiana e da Venezuela.** Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, 2024e. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/mauro-vieira/declaracao-a-imprensa-pelo-ministro-mauro-vieira-sobre-a-i-reuniao-da-comissao-conjunta-de-chanceleres-e-tecnicos-da-guiana-e-da-venezuela>>. Acesso em: 25 jun. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Declaração de Lima.** Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, 2017. Disponível em: <[https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-lima](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-lima)>. Acesso em: 19 maio 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Denúncia do Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).** Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, 2019b. Disponível em: <[https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2019/denuncia-do-tratado-constitutivo-da-uniao-de-nacoes-sul-americanas-unasul](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2019/denuncia-do-tratado-constitutivo-da-uniao-de-nacoes-sul-americanas-unasul)>. Acesso em: 1 jun. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Entrevista coletiva concedida pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, à empresa de radiodifusão alemã Deutsche Welle-Palácio do Planalto, 9 de junho de 2015.** Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, 2015b. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-entrevistas/entrevista-coletiva-concedida-pela-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-a-empresa-de-radiodifusao-alema-deutsche-welle-publicada-em-09-06-2015>>. Acesso em: 28 maio 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **República Bolivariana da Venezuela.** Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, 2024a. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-bolivariana-da-venezuela>>. Acesso em: 22 maio 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil, n.116, 1º semestre de 2015.** Brasília, DF: Departamento de Comunicações e Documentação, 2015a. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/arquivos/documentos/resenhas-de-politica-externior-do-brasil/resenha-1-2015.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Surgimento do PROSUL.** Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, 2020c. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/arquivos/documentos/mecanismos-internacionais/surgimento-do-prosul>>. Acesso em: 1 jun. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Visita oficial à República Cooperativa da Guiana de Sua Excelência Embaixador Ernesto Araújo, Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, 2020d. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/>>

pt-br/canais\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2020/visita-oficial-a-republica-cooperativa-da-guiana-de-sua-excelencia-do-embaixador-ernesto-araujo-ministro-das-relacoes-exteriores-da-republica-federativa-do-brasil-2013-comunicado-conjunto-a-imprensa>. Acesso em: 1 jun. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Visita Oficial de Sua Excelência Jair Bolsonaro, Presidente da República Federativa do Brasil, à República Cooperativa da Guiana** - 6 de maio de 2022 - Declaração Conjunta. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, 2022b. Disponível em: <[https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-de-sua-excelencia-dr-mohamed-irfaan-ali-presidente-da-republica-cooperativa-da-guiana-e-sua-excelencia-jair-bolsonaro-presidente-da-republica-federativa-do-brasil-por-ocasio-da-visita-do-presidente-bolsonaro-a-georgetown-em-6-de-maio](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-de-sua-excelencia-dr-mohamed-irfaan-ali-presidente-da-republica-cooperativa-da-guiana-e-sua-excelencia-jair-bolsonaro-presidente-da-republica-federativa-do-brasil-por-ocasio-da-visita-do-presidente-bolsonaro-a-georgetown-em-6-de-maio)>. Acesso em: 1 jun. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Primeira Reunião Sul-Americana de Diálogo entre Ministros da Defesa e das Relações Exteriores**. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, 2023e. Disponível em: <[https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/primeira-reuniao-sul-americana-de-dialogo-entre-ministros-da-defesa-e-das-relacoes-exteriores](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/primeira-reuniao-sul-americana-de-dialogo-entre-ministros-da-defesa-e-das-relacoes-exteriores)>. Acesso em: 26 jun. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Pronunciamento do presidente Lula após reunião bilateral com o presidente da Guiana, Irfaan Ali, em Georgetown, na Guiana**. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, 2024f. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/pronunciamento-do-presidente-lula-apos-reuniao-bilateral-com-o-presidente-da-guiana-irfaan-ali-em-georgetown-na-guiana>>. Acesso em: 27 jun. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **PROSUL**. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, 2024d. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/mecanismos-internacionais/mecanismos-de-integracao-regional/prosul>>. Acesso em: 1 jun. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Reunião com forças políticas democráticas venezuelanas**. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, 2019a. Disponível em: <[https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2019/reuniao-com-forcas-politicas-venezuelanas](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2019/reuniao-com-forcas-politicas-venezuelanas)>. Acesso em: 2 jun. 2024.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Deslocamentos Assistidos de Venezuelanos**. Brasília, DF: Subcomitê Federal para Acolhimento e Interiorização de Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade, 2024l. Disponível em: <<https://www.r4v.info/pt/document/informe-de-interiorizacao-janeiro-2024>>. Acesso em: 16 jun. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à

fome. **Operação Acolhida**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à fome, 2024c. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/operacao-acolhida/operacao-acolhida>>. Acesso em: 1 jun. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. **COMEX STAT**. Brasília, DF: Sistemas de Comércio Exterior, 2024k. Disponível em: <<https://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>>. Acesso em: 27 maio 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Brasil saúda acordo sobre promoção dos direitos políticos e garantias eleitorais na Venezuela**. Brasília, DF: Planalto, 2023g. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/10/brasil-sauda-acordo-sobre-promocao-dos-direitos-politicos-e-garantias-eleitorais-na-venezuela>>. Acesso em: 17 jun. 2024.

BRASIL, Presidência da República. **Lula: “Recuperamos o direito de fazer políticas internacionais com seriedade”**. Brasília, DF: Planalto, 2023b. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/05/lula-201crecuperamos-o-direito-de-fazer-politicas-internacionais-com-seriedade201d>>. Acesso em: 25 jun. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Mensagem (SF) N° 76, de 2023**. Brasília, DF: Plenário do Senado Federal, 2023d. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/160912>>. Acesso em: 22 maio 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Mensagem (SF) N° 86, de 2023**. Brasília, DF: Plenário do Senado Federal, 2023f. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/161286>>. Acesso em: 1 jun. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Presidente Lula recebe secretário de Estado dos Estados Unidos, Antony Blinken**. Brasília, DF: Planalto, 2024j. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/02/presidente-lula-recebeu-secretario-de-estado-dos-estados-unidos-antony-blinken>>. Acesso em: 23 jun. 2024.

BRASIL. Presidente (2023- : Lula). **Mensagem ao Congresso Nacional, 2023**. Brasília, DF: Presidência da República, 2023a. Disponível em: <<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2023/janeiro/mensagem-presidencial-ao-congresso-nacional-2023/mcn-2023-digital-web-arte-final.pdf>>. Acesso em 17 jun. 2024.

BRITANNICA, The Editors of Encyclopaedia **Monroe Doctrine**. Encyclopedia Britannica, 2024c. Disponível em: <<https://www.britannica.com/event/Monroe-Doctrine>>. Acesso em: 11 abr. 2024.

BRITANNICA, The Editors of Encyclopaedia. **Peace of Westphalia**. Encyclopedia Britannica, 2024a. Disponível em: <<https://www.britannica.com/event/Peace-of-Westphalia>>. Acesso em: 11 abr. 2024.

BRITANNICA, The Editors of Encyclopaedia. **Sir Robert Hermann Schomburgk**.

Encyclopedia Britannica, 2024b. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Robert-Hermann-Schomburgk>>. Acesso em: 10 abr. 2024.

CABRAL, B. P. **A instabilidade no Arco Norte da América do Sul: O caso da Venezuela e suas implicações para a Segurança e Defesa do Brasil**. 2018. 31 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/24332>>. Acesso em: 25 maio 2024.

CARNEIRO, M. M. P. **O papel da OEA e da UNASUL nas disputas marítimas protagonizadas pela Colômbia e Venezuela**. 2016. 220 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos) - Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://www.repositorio.mar.mil.br/handle/ripcmb/26365>>. Acesso em: 25 maio 2024.

CIJ. **Case Concerning the Arbitral Award of 3 October 1899 (Guyana v. Venezuela)**. Press Release N. 2020/37. Netherlands, 2020. Disponível em: <<https://www.icj-cij.org/sites/default/files/case-related/171/171-20201218-PRE-01-00-EN.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2024.

CIJ. **Case Concerning the Arbitral Award of 3 October 1899 (Guyana v. Venezuela)**. Press Release N. 2023/73. Netherlands, 2023. Disponível em: <<https://www.icj-cij.org/sites/default/files/case-related/171/171-20231201-pre-01-00-en.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

COUTO, J. A. C.; SOARES, J. A. M. **Gabinete de crises: Fernando Henrique, Lula e Dilma**. Campinas, SP: Facamp Editora, 2013.

CRUZ BERTOLUCCI, A.; DA MOTTA BAPTISTA, J. V.; DIAS DE PAULA, L. **Regionalismo Sul-Americano e defesa: os impactos da inflexão na Unasul e no CDS Artur Cruz Bertolucci**. OASIS, [S.l.], n. 30, p. 97–114, 2019. DOI: 10.18601/16577558.n30.06. Disponível em: <<https://revistas.uexternado.edu.co/index.php/oasis/article/view/6085>>. Acesso em: 15 jun. 2024.

FERREIRA, D. Q. G. **Contribuições do BNDES como instrumento de soft power na América do Sul**. 2023. 161 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Altos Estudos Política e Estratégia) - Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <<https://repositorio.esg.br/handle/123456789/1904>>. Acesso em 23 mai. 2024.

GUYANA. Office of the President. **Brazil's Minister of Defence declares Viva a Guyana! Viva o Brasil! - as President Granger honours him and Guyana/Brazil relations with a national award**. Georgetown: Office of the President, 2018. Disponível em: <<https://op.gov.gy/index.php/2018/02/10/brazil-s-minister-of-defence-declares-viva-a-guyana-viva-o-brasil-as-president-granger-honours-him-and-guyana-brazil-relations-with-a-national-award/>>. Acesso em: 1 jun. 2024.

INSTITUTO GUIMARÃES ROSA GEORGETOWN. **Instituto Guimarães Rosa Georgetown**. Georgetown, 2024. Disponível em: <<https://igrgeorgetowngy.com/>>.

Acesso em: 24 jun. 2024.

ISHMAEL, O. **Guyana/Venezuela border controversy**: Venezuelan Opposition wants 'mediation' with Guyana - Guyana Chronicle, Georgetown, 2016. Disponível em: <<https://guyanachronicle.com/2016/02/15/guyanavenezuela-border-controversy-venezuelan-opposition-wants-mediation-with-guyana/>>. Acesso em: 5 maio 2024.

ISHMAEL, O. **The Guyana Story**: From Earliest Times to Independence. 2005. Disponível em: <<https://guyaneseonline.net/2011/11/23/history-the-guyana-story-dr-odeen-ishmael/>>. Acesso em: 11 abr. 2024.

ISHMAEL, O. **The trail of Diplomacy**: The Guyana-Venezuela border issue - Volume One: Colonization, Boundary Dispute and Arbitration. [S. l.]: Xlibris, 2013. Disponível em: <<https://www.xlibris.com/en/bookstore/bookdetails/541532-the-trail-of-1diplomacy>>. Acesso em: 11 abr. 2024.

ISHMAEL, O. **The trail of Diplomacy**: The Guyana - Venezuela border issue - Volume Two: Renewed Claims, New Treaties and Diplomatic Outreach (1901-1982). [S. l.]: Xlibris, 2015. Disponível em: <<https://pt.everand.com/read/524125917/The-Trail-of-Diplomacy-The-Guyana-Venezuela-Border-Issue-Volume-Two>>. Acesso em: 11 abr. 2024.

LOADER, M. **Essequibo**. Encyclopedia Britannica, 2024. Disponível em: <<https://www.britannica.com/place/Essequibo>>. Acesso em: 14 abr. 2024.

MARCELINO, M. D. N.; BARROS, P. S. **Corrida ao novo El Dorado**: Crescente presença extrarregional na Guiana e desafios para a Defesa Nacional do Brasil. 2022. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Altos Estudos em Defesa) – Escola Superior de Guerra, Brasília, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.esg.br/handle/123456789/1562>>. Acesso em: 27 maio 2024.

MOREIRA, G. B. **A Política Regional da Venezuela entre 1999 e 2012**: Petróleo, integração e relações com o Brasil. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018.

NETO, L. F. **A doutrina do Uti Possidetis na tradição Ibérica**: a política externa expansionista do Marquês de Pombal. 2019. 89 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/22413>>. Acesso em: 03 maio 2024.

NYE, J. S. **Bound To Lead**: The Changing Nature Of American Power. New York: Basic Books, 1990.

NYE, J. S. **Soft Power**: The Means to Success in World Politics. New York: Public Affairs, 2004.

NYE, J. S. **The Future of Power**. New York: Public Affairs, 2011.

NYE, J. S. **The paradox of American power**: why the world's only superpower can't go it alone. New York: Oxford University Press, 2002.

ONU. **Agreement concerning the Boundary Line between Venezuela and British Guiana.** United Nations Treaty Series, v. 561. [S. l.]: UN, 1966. p. 200-211. Disponível em: <<https://treaties.un.org/doc/publication/unts/volume%20561/volume-561-i-8192-english.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2024.

ONU. **Award regarding the Boundary between the Colony of British Guiana and the United States of Venezuela, decision of 3 October 1899.** In: Reports of International Arbitral Awards, Vol. XXVIII. [S. l.]: UN, 2010. p. 331–339. Disponível em: <<https://www.un-ilibrary.org/content/books/9789213627600c053>>. Acesso em: 14 abr. 2024.

ONU. **Carta das Nações Unidas.** 1945. Disponível em: <<https://brasil.un.org/sites/default/files/2022-05/Carta-ONU.pdf>>. Acesso em: 04 maio 2024.

ONU. **Executive Summary of the Submission by Guyana to the Commission on the Limits of the Continental Shelf.** Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea, 2011. Disponível em: <[https://www.un.org/depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/guy57\\_11/GUY\\_Executive%20Summary.pdf](https://www.un.org/depts/los/clcs_new/submissions_files/guy57_11/GUY_Executive%20Summary.pdf)>. Acesso em: 5 maio 2024.

ONU. **Protocol of Port of Spain.** [S. l.]: UN, 1970. Disponível em: <[https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/GY-GB-VE\\_700618\\_ProtocolPortSpain%28eng%29.pdf](https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/GY-GB-VE_700618_ProtocolPortSpain%28eng%29.pdf)>. Acesso em: 22 abr. 2024.

ONU. **Secretary-General Chooses International Court of Justice as Means for Peacefully Settling Long-Standing Guyana-Venezuela Border Controversy.** [S. l.], 2018. Disponível em: <<https://press.un.org/em/2018/sgsm18879.doc.htm>>. Acesso em: 27 abr. 2024.

ONU. **The Secretary-General & Mediation.** [S. l.], 2024. Disponível em: <<https://peacemaker.un.org/peacemaking-mandate/secretary-general>>. Acesso em: 22 abr. 2024.

PREVOST, S. M. **Memorandum Mallet-Prevost:** Testimonio Otto Schoenrich. Nulidad del Laudo Arbitral de 1899. Controversia sobre la Guayana Esequiba. [S. l.: s. n.], 1944. Disponível em: <<https://allanbrewercarias.com/wp-content/uploads/2023/04/Memorandum-Mallet-Prevost.-Testimonio-Otto-Schoenrich.1944.-Nulidad-Lauda-Arbitral-1899.-Controversia-Guayana-Esequiba.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2024.

SARAIVA, M. G. **Brazil's Rise and Its Soft Power Strategy in South America.** In: GARDINI, G. L., DE ALMEIDA, M. H. T. (org.). Foreign Policy Responses to the Rise of Brazil: Balancing Power in Emerging States. London: Palgrave Macmillan UK, 2016. p. 46–61. Disponível em: <[https://doi.org/10.1007/978-1-137-51669-5\\_4](https://doi.org/10.1007/978-1-137-51669-5_4)>. Acesso em: 22 maio 2024.

SILVA, R. R. M. **O que pretende o Brasil na Guiana Essequibo?**. Meridiano 47 – Journal of Global Studies, [S. l.], v. 16, n. 147, p. 18–26, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/5002>>. Acesso em: 15 maio 2024.

VARGAS, F. A. **Formação das Fronteiras Latino-Americanas**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2017.

VENEZUELA. Consejo Nacional Electoral. **Resolución N. 231023-0109**. Gaceta Electoral de la República Bolivariana de Venezuela. N. 1036. Caracas, 2023a. Disponível em: <[http://www.cne.gob.ve/web/gacetas\\_electorales/gacetas/2023/gaceta\\_electoral\\_1036.pdf](http://www.cne.gob.ve/web/gacetas_electorales/gacetas/2023/gaceta_electoral_1036.pdf)>. Acesso em: 1 maio 2024.

VENEZUELA. **Ley Orgánica para la Defensa de la Guayana Esequiba**. Gaceta Oficial de la República Bolivariana de Venezuela. N. 6.798 Extraordinario. Caracas, 2024b. Disponível em: <[http://spgoin.imprentanacional.gob.ve/cgi-win/be\\_alex.cgi?Documento=T028700045985/0&Nombrebd=spgoin&CodAsocDoc=3557&TipoDoc=GCTOF&Sesion=916586409](http://spgoin.imprentanacional.gob.ve/cgi-win/be_alex.cgi?Documento=T028700045985/0&Nombrebd=spgoin&CodAsocDoc=3557&TipoDoc=GCTOF&Sesion=916586409)>. Acesso em: 01 maio 2024.

VENEZUELA. Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores. **Controversia territorial entre la República Bolivariana Venezuela y la República Cooperativa de Guyana sobre la Guayana Esequiba**. Caracas, 2024a. Disponível em: <<https://mppre.gob.ve/controversia-territorial-sobre-la-guayana-essequiba/>>. Acesso em: 27 abr. 2024.

VENEZUELA. Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores. **El mapa de Venezuela está ahora completo con la Guayana Esequiba**. Caracas, 2023b. Disponível em: <<https://mppre.gob.ve/2023/12/04/mapa-venezuela-ahora-completo-guayana-essequiba/>>. Acesso em: 1 maio 2024.

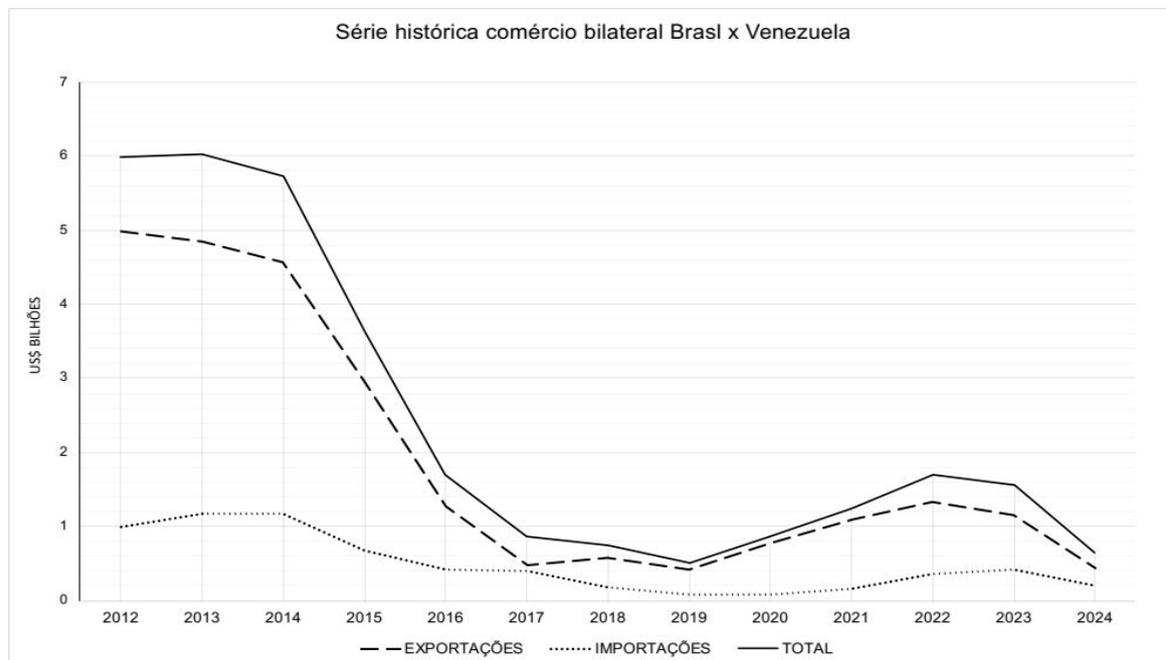
VENEZUELA. Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores. **Guayana Esequiba: Historia de un Despojo**. Caracas, 2015. Disponível em: <<https://mppre.gob.ve/wp-content/uploads/2023/02/Guyanadespojo.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2024.

VENEZUELA. Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores. **Venezuela rechaza decisión de la Corte Internacional de Justicia contraria al espíritu del Acuerdo de Ginebra sobre la Guayana Esequiba**. Caracas, 2020. Disponível em: <<https://mppre.gob.ve/comunicado/Venezuela-rechaza-decision-cpi-contraria-acuerdo-ginebra-guayana-essequiba/>>. Acesso em: 27 abr. 2024.

WATANABE, T. A. **A deterioração das relações diplomáticas entre Brasil e Venezuela nos governos Temer e Bolsonaro (maio 2016-2019)**. In: 8 Encontro Nacional da ABRI, 2021, online. Anais 8 Encontro Nacional da ABRI. 2021. Disponível em: <[https://www.encontro2021.abri.org.br/trabalho/view?ID\\_TRABALHO=3493](https://www.encontro2021.abri.org.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=3493)>. Acesso em: 15 maio 2024.

## APÊNDICE – Gráficos

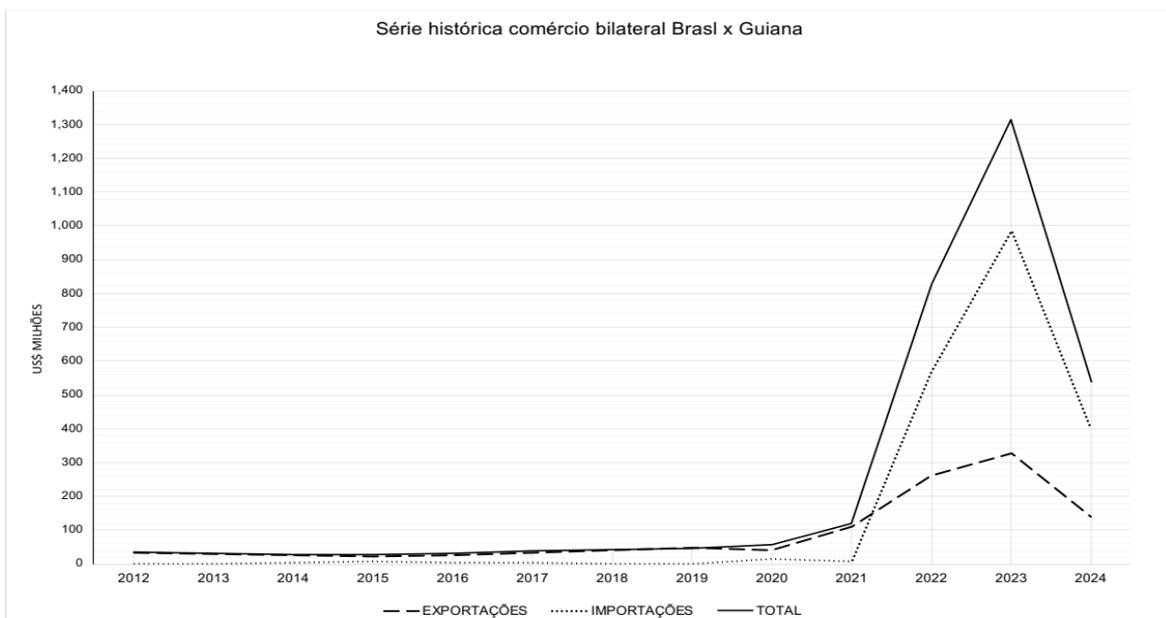
Gráfico 1 – Relações comerciais entre Brasil e Venezuela (em US\$ bilhões)



Fonte: Brasil, 2024k.

Nota: Dados compilados pelo autor até maio de 2024.

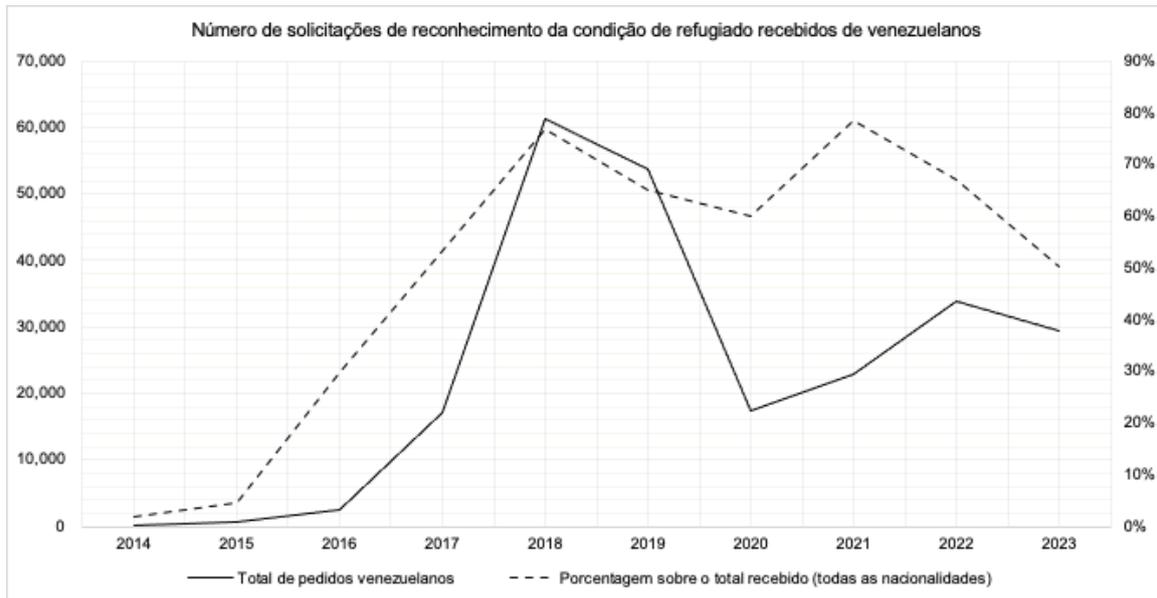
Gráfico 2 – Relações comerciais entre Brasil e Guiana (em US\$ milhões)



Fonte: Brasil, 2024k.

Nota: Dados compilados pelo autor até maio de 2024.

Gráfico 3 – Solicitações de refúgio recebidos de venezuelanos (em número absoluto e em %)



Fonte: Brasil, 2024h.

Nota: Dados compilados pelo autor até dezembro de 2023.

## ANEXO – Resolución venezolana sobre referendo de dezembro de 2023

N° 1036	<b>CONSEJO NACIONAL ELECTORAL</b>	3
<b>GACETA</b>	REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA PODER EJECUTIVO CONSEJO NACIONAL ELECTORAL	<b>L</b>
AÑO XXV	<p><b>SEGUNDA:</b> ¿Apoya usted el Acuerdo de Ginebra de 1966 como el único instrumento jurídico válido para alcanzar una solución práctica y satisfactoria para Venezuela y Guyana, en torno a la controversia sobre el territorio de la Guayana Esequiba?</p>	6
	<p><b>TERCERA:</b> ¿Está usted de acuerdo con la posición histórica de Venezuela de no reconocer la Jurisdicción de la Corte Internacional de Justicia para resolver la controversia territorial sobre la Guayana Esequiba?</p>	
	<p><b>CUARTA:</b> ¿Está usted de acuerdo en oponerse, por todos los medios conforme a Derecho, a la pretensión de Guyana de disponer unilateralmente de un mar pendiente por delimitar, de manera ilegal y en violación del derecho internacional?</p>	
	<p><b>QUINTA:</b> ¿Está usted de acuerdo con la creación del estado Guayana Esequiba y se desarrolle un plan acelerado para la atención integral a la población actual y futura de ese territorio que incluya entre otros el otorgamiento de la ciudadanía y cédula de identidad venezolana, conforme al Acuerdo de Ginebra y el Derecho Internacional, incorporando en consecuencia dicho estado en el mapa del territorio venezolano?</p>	
	<p><b>SEGUNDO:</b> Remitir la presente Resolución a la Sala Constitucional del Tribunal Supremo de Justicia, para que se pronuncie respecto a la constitucionalidad de las cinco (5) preguntas a formularse en el Referendo Consultivo.</p>	
	<p><b>TERCERO:</b> Ordenar la publicación de la presente Resolución en la Gaceta Oficial y en la Gaceta Electoral de la República Bolivariana de Venezuela, todo ello a los efectos constitucionales, legales y reglamentarios correspondientes.</p>	
	<p>Resolución dictada a los veintitrés (23) días del mes de octubre de 2023.</p>	
	<p>Comuníquese y Publíquese.</p>	
	 <b>ELVIS AMOROSO</b> PRESIDENTE   <b>ANTONIO JOSÉ MENESES RODRÍGUEZ</b> SECRETARIO GENERAL	
Derecho, la línea impuesta fraudulentamente pretende despojarnos de nuestra Guayana	por el Laudo Arbitral de París de 1899, que Esequiba?	